



EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0019/2026 - UC/Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90019/2026 - UC/Saúde

SRP Nº. 003/2026 - UC/Saúde

COMUNICADO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro **Sr. Anderson Kleyton Gomes da Silva** designada pela **Portaria GP nº. 2.156/2025** torna público, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço por item**, objetivando a contratação dos produtos indicados no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (**internet**).

1.2. A licitação será regida pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024; nº 080 de 30 de julho de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3. A sessão pública para processamento desta licitação será realizada no Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> UASG: 926809 no dia **11 de fevereiro de 2026 às 09h00min** (horário de Brasília/DF);

1.4. Esta licitação **NÃO está reservada exclusivamente** à participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

1.5. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência

Anexo II Cadastro para assinatura de contrato

Anexo III ARP

Anexo IV Minuta de Contrato

OBJETO

2.1. Sistema de Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB)**, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo descritos nos itens abaixo.

2.2. **Em caso de divergência entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.**

2.3. O valor estimado para os itens relacionados nesse Edital é de: **R\$ 6.039.553,36 (seis milhões, trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais, e trinta e seis centavos)** conforme custos unitários apostos em planilha abaixo:



<u>PRINCIPAL</u>	<u>ITEM</u>	<u>COTAS</u>	<u>CAT/MAT</u>	<u>DESCRÍÇÃO</u>	<u>APRES</u>	<u>ATB</u>	<u>MAC</u>	<u>VIG. SAUDE</u>	<u>AME ANIMAL</u>	<u>QUANT</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>TOTAL</u>
	1		481012	ÁLCOOL ETÍLICO A 70% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO DE 1L	7.500	6.900	195	338	14.933	R\$ 6,07	R\$ 90.643,31
	2		628474 (similar)	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 500 GRAMAS - APRESENTADO EM MANTAS UNIFORMES, HIDRÓFILO, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM BOA ABSORÇÃO, ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL. EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	PACOTE	1.500	3.000	76	150	4.726	R\$ 14,02	R\$ 66.258,52
	3		335478	AVENTAL DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO - CONFECIONADO COM FALSO TECIDO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, UM PAR DE TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E OUTRO PARA AMARRAR NO PESCOÇO, MANGA LONGA GRAMATURA MÍNIMA 30, ACABAMENTO EM OVERLOCK. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	30.000	9.000		9.000	48.000	R\$ 1,80	R\$ 86.400,00
	4		623095	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25X28CM, PAC. COM 02 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIODIPOCO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 02 UNIDADES.	PACOTE C/02 UNIDADES	18.750	18.750		4.500	42.000	R\$ 3,45	R\$ 144.900,00
	5		623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25X28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIODIPOCO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	30.000	45.000		4.500	79.500	R\$ 5,31	R\$ 422.145,00
	6		615986	COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM C/ 11 FIOS - COM TECIDO TIPO TELA DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE, TECIDO ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIO E AGRADÁVEL, ISENTO DE IMPUREZAS, COM DOBRAS PARA DENTRO DA COMPRESSA, ESPECIALMENTE TRATADO PARA FINS CIRÚRGICOS E CURATIVOS, COM 11 FIOS POR CENTÍMETRO QUADRADO, COM DIMENSÃO DA COMPRESSA ABERTA EM 15 X 30 CM, DISPOSTA DE MANEIRA UNIFORME, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, ISENTO DE ALVEJANTES ÓTICOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PACOTE C/500 UNIDADES	6.000			600	6.600	R\$ 14,88	R\$ 98.208,00
	7		484920	CURATIVO A BASE DE GEL - COMPOSTO CARBOXIMETILCELULÓSE SÓDICA, ALGINATO DE CÁLCIO E ÁGUA PURIFICADA. GEL TRANSPARENTE, AMORFO, COESO, BOA VISCOSIDADE E CONSISTÊNCIA. BISNAGA COM APROXIMADAMENTE 25G, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	BISNAGA	4.500	3.000			7.500	R\$ 11,73	R\$ 87.975,00



PRINCIPAL	8	603324	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 15CM X 15CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	375			375	R\$ 212,26	R\$ 79.597,50	
PRINCIPAL	9	631753	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - COM DORSO DE TECIDO DE ALGODÃO, IMPERMEABILIZANTE EM UMA DAS FACES E COM MASSA ADESIVA A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E BORRACHA NA OUTRA, NA COR BRANCA, UTILIZÁVEL EM TEMPERATURAS ENTRE 0 A 60 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO À PELE, ALTO TACK, EXCELENTE FLEXIBILIDADE, RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, APRESENTÁVEL EM CARRETEL PLÁSTICO COM CAPA PLÁSTICA DE PROTEÇÃO NA DIMENSÃO DE 10 CM X 4,5 M.	ROL	6.750	6.225		750	13.725	R\$ 8,11	R\$ 111.309,75
PRINCIPAL	10	415610	FILME PARA RAIOS X (35 X 43) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANTE EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		108			108	R\$ 697,35	R\$ 75.313,80
PRINCIPAL	11	432240	FILME RADIOLÓGICO 35X43CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 35 X 43 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		90			90	R\$ 802,28	R\$ 72.205,20
PRINCIPAL	12	620102	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	6.525	15.000		13.500	35.025	R\$ 1,79	R\$ 62.694,75
PRINCIPAL	13	620103	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	15.000	18.750		13.500	47.250	R\$ 1,81	R\$ 85.522,50
PRINCIPAL	14	619856	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE À TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.800			900	2.700	R\$ 24,92	R\$ 67.284,00
PRINCIPAL	15	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	18.750	7.500	7	2.100	28.357	R\$ 23,13	R\$ 655.897,41



PRINCIPAL	16	485315	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL - COM AS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM X 90 MM DE CORPO, SEMIFACIAL, DESCARTÁVEL, QUE CUBRA O NARIZ E A BOCA DO USUÁRIO COM AJUSTE FACIAL APROPRIADO, CONFECIONADA EM TRÊS CAMADAS DE PROTEÇÃO, SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDO, PARA USO ODONTO - MÉDICO - HOSPITALAR COM GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M ² , ATÓXICO, HIPOALERGÉNICA, INODORO, COM TRATAMENTO REPELENTE AOS AGENTES LÍQUIDOS E UMA CAMADA DE ELEMENTO FILTRANTE - FUNÇÃO DE BARREIRA, COM CLIP NASAL EMBUTIDO QUE PERMITA AJUSTE ADEQUADO AO CONTORNO DO ROSTO, SUAVE E FLEXÍVEL, NÃO TRAUMATIZANTE, COM FIXAÇÃO NA CABEÇA DO USUÁRIO COM ALÇA OU ELÁSTICO (COMPRIMENTO MÍNIMO DE 100 MM) OU COM QUATRO TIRAS (COMPRIMENTO MÍNIMO DE 800 MM) PARA AMARRAR, BORDAS BEM ACABADAS, ISENTAS DE COLA E QUE APRESENTEM EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM DE PARTÍCULAS (EFP) IGUAL OU SUPERIOR 98% E EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA (EFB) IGUAL OU SUPERIOR 95%. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, N° DE REGISTRO OU ISENÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	415.000	300.000	3	18.000	733.003	R\$ 0,13	R\$ 95.290,39
RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	
	17	481012	ÁLCOOL ETÍlico A 70% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO DE 1L	2.500	2.300	65	112	4.977	R\$ 6,07	R\$ 30.210,39
	18	628474 (similar)	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 500 GRAMAS - APRESENTADO EM MANTAS UNIFORMES, HIDRÓFILO, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM BOA ABSORÇÃO, ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL. EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	PACOTE	500	1.000	25	50	1.575	R\$ 14,02	R\$ 22.081,50
	19	335478	AVENTAL DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO - CONFECIONADO COM FALSO TECIDO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, UM PAR DE TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E OUTRO PARA AMARRAR NO PESCOÇO, MANGA LONGA GRAMATURA MÍNIMA 30, ACABAMENTO EM OVERLOCK. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	10.000	3.000		3.000	16.000	R\$ 1,80	R\$ 28.800,00
	20	623095	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 02 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIOPACO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 02 UNIDADES.	PACOTE C/02 UNIDADES	6.250	6.250		1.500	14.000	R\$ 3,45	R\$ 48.300,00
	21	623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIOPACO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	5.684	8.527		852	15.063	R\$ 5,31	R\$ 79.984,53



RESERVADA	22	623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECCIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIODRAGO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	4.316	6.473		648	11.437	R\$ 5,31	R\$ 60.730,47
RESERVADA	23	615986	COMPRESSA DE GASE 7,5 CM X 7,5 CM C/ 11 FIOS - COM TECIDO TIPO TELA DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE, TECIDO ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIO E AGRADÁVEL, ISENTO DE IMPUREZAS, COM DOBRAS PARA DENTRO DA COMPRESSA, ESPECIALMENTE TRATADO PARA FINS CIRÚRGICOS E CURATIVOS, COM 11 FIOS POR CENTÍMETRO QUADRADO, COM DIMENSÃO DA COMPRESSA ABERTA EM 15 X 30 CM, DISPOSTA DE MANEIRA UNIFORME, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, ISENTO DE ALVEJANTES ÓTICOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PACOTE C/500 UNIDADES	2.000			200	2.200	R\$ 14,88	R\$ 32.736,00
RESERVADA	24	484920	CURATIVO A BASE DE GEL - COMPOSTO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ALGINATO DE CÁLCIO E ÁGUA PURIFICADA. GEL TRANSPARENTE, AMORFO, COESO, BOA VISCOSIDADE E CONSISTÊNCIA. BISNAGA COM APROXIMADAMENTE 25G, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	BISNAGA	1.500	1.000			2.500	R\$ 11,73	R\$ 29.325,00
RESERVADA	25	603324	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 15CM X 15CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	125				125	R\$ 212,26	R\$ 26.532,50
RESERVADA	26	631753	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - COM DORSO DE TECIDO DE ALGODÃO, IMPERMEABILIZANTE EM UMA DAS FACES E COM MASSA ADESIVA A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E BORRACHA NA OUTRA, NA COR BRANCA, UTILIZAVEL EM TEMPERATURAS ENTRE 0 A 60 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO À PELE, ALTO TACK, EXCELENTE FLEXIBILIDADE, RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, APRESENTÁVEL EM CARRETEL PLÁSTICO COM CAPA PLÁSTICA DE PROTEÇÃO NA DIMENSÃO DE 10 CM X 4,5 M.	ROL	2.250	2.075		250	4.575	R\$ 8,11	R\$ 37.103,25
RESERVADA	27	415610	FILME PARA RAIOS X (35 X 43) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANTE EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		36			36	R\$ 697,35	R\$ 25.104,60
RESERVADA	28	432240	FILME RADIOLÓGICO 35X43CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 35 X 43 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		30			30	R\$ 802,28	R\$ 24.068,40
RESERVADA	29	620102	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	2.175	5.000		4.500	11.675	R\$ 1,79	R\$ 20.898,25



RESERVADA	30	620103	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	5.000	6.250		4.500	15.750	R\$ 1,81	R\$ 28.507,50
RESERVADA	31	619856	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP - NÃO ESTÉRIL, CONFECIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	600			300	900	R\$ 24,92	R\$ 22.428,00
RESERVADA	32	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.250	900	1	252	3.403	R\$ 23,13	R\$ 78.711,39
RESERVADA	33	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.250	900	1	252	3.403	R\$ 23,13	R\$ 78.711,39
RESERVADA	34	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	1.750	700	1	196	2.647	R\$ 23,13	R\$ 61.225,11
EXCLUSIVAME E EPP	35	358051	ABSORVENTE HIGIÉNICO HOSPITALAR PARA INCONTINÊNCIA - CONFECIONADO COM MATERIAL ABSORVENTE, HIPOALERGÊNICO, COM COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, REVESTIDO EXTERNAMENTE POR PELÍCULA IMPERMEÁVEL, ESPESSURA COMPATÍVEL COM FLUXO ABUNDANTE. EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE		61000			61.000	R\$ 0,67	R\$ 40.870,00
EXCLUSIVAME E EPP	36	629305	ABAIXADOR DE LINGUA EM MADEIRA - ESPÁTULA DE MADEIRA DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, COM 14 CM DE COMPRIMENTO E 1,4 CM DE LARGURA, 0,2 CM DE ESPESSURA, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	PACOTE	800	200			1.000	R\$ 6,11	R\$ 6.110,00



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
37	281657	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS + VIT. A + VIT. E + LECTINA DE SOJA 100 ML. PONTEIRA COM TAMPA. EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO VALIDADE.	FRASCO	7.000	4.000			11.000	R\$ 4,17	R\$ 45.870,00	
38	348040	ÁCIDO PERACÉTICO GALÃO COM 5.000ML - DESINFECTANTE QUÍMICO A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO COM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,2%, GALÃO DE 5.000ML, COM INIBIDOR DE CORROSÃO, ACOMPANHADO DE FITA TESTE INDICADORA PARA DETERMINAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DO ÁCIDO PERACÉTICO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES.	GALÃO C/5L		100			100	R\$ 124,27	R\$ 12.427,00	
39	277319	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES. FRASCO COM 1000ML - EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO Nº LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO C/1L		450		200	650	R\$ 5,96	R\$ 3.874,00	
40	269943	ÁLCOOL A 70° EM GEL HIDRATADO + DISPENSADOR, EMBALAGEM COM APROX. 800 ML. - PARA USO EM DISPENSADOR - REFILE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER EM SISTEMA DE COMODATO DISPENSADORES , 500 UNIDADES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E SOLICITAÇÃO DESTA SECRETARIA DE SAÚDE.	UNIDADE	2.000	1.000		100	3.100	R\$ 13,58	R\$ 42.098,00	
41	346632	ÁLCOOL A 96°GL - FRASCO DE 1.000 ML.EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO C/1L	528			200	728	R\$ 8,48	R\$ 6.173,44	
42	346633	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,3% - FRASCO DE 1.000ML EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO C/1L	72				72	R\$ 14,04	R\$ 1.010,88	
43	364580	ÁLCOOL IODADO 1% FRASCO 1.000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA,DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	FRASCO C/1L		60	60		120	R\$ 19,19	R\$ 2.302,80	





EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP						
		51	628323 (similar)	ATADURA GESSADA ATÓXICA DE MEDIDAS APROXIMADAS DE 10 CM X 3 M - CONFECIONADA EM GAZE ESTABILIZADA, LATERAL DE CORTE SINUOSO, IMPREGNADA COM GESSO COLOIDAL E SECAGEM ENTRE 4 E 6 MINUTOS, TEMPERATURA DA ÁGUA PARA SATURAÇÃO DE 20 A 25°C , ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO RÍGIDO DE FORMA CONTÍNUA E UNIFORME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE.	ROLO		1.440		1.440	R\$ 2,98	R\$ 4.291,20	
		52	628326 (similar)	ATADURA GESSADA ATÓXICA DE MEDIDAS APROXIMADAS DE 20 CM X 3 M - CONFECIONADA EM GAZE ESTABILIZADA, LATERAL DE CORTE SINUOSO, IMPREGNADA COM GESSO COLOIDAL E SECAGEM ENTRE 4 E 6 MINUTOS, TEMPERATURA DA ÁGUA PARA SATURAÇÃO DE 20 A 25°C , ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO RÍGIDO DE FORMA CONTÍNUA E UNIFORME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE.	ROLO		1.000		1.000	R\$ 5,53	R\$ 5.530,00	
		53	604968	AVENTAL NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, MANGA LONGA, COM PUNHO, COM QUATRO TIRAS DE FECHAMENTO NAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA DE 50G/M ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFECIONADO EM TECIDO LAMINADO, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA CONTRA BACTÉRIAS E VÍRUS, TAMANHO G, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	1.000	1.400		12.000	14.400	R\$ 2,18	R\$ 31.392,00
		54	623109	CAIXA DE PERFUCORTANTE 13 LITROS - COLETOR PARA MATERIAL PERFUCORTANTE EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEÁVEL COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO EM FORMATO QUADRADO COM CAPACIDADE PARA 13 LITROS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANALÍTICO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA NBR 13853.	UNIDADE	2.200	4.000	1.000	300	7.500	R\$ 5,15	R\$ 38.625,00
		55	623107	CAIXA DE PERFUCORTANTE 3 LITROS - COLETOR PARA MATERIAL PERFUCORTANTE EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEÁVEL COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO EM FORMATO QUADRADO COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANALÍTICO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA NBR 13853.	UNIDADE	5.000			50	5.050	R\$ 3,03	R\$ 15.301,50
		56	301510	CAL SODADA - HIDRATADO CA (OH)2 + HIDRÓXIDO DE SÓDIO NA(OH) + HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO K(OH). EM PELÍCULAS, FORMATO LENCULAR, COM GRAU DE UNIDADE DE 14 A 16%, ABSORÇÃO 22 L/100 GRAMAS, GRAU DE PUREZA COM RUPRTURA DE GRÃO ACIMA DE 700 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA RÍGIDA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. BOMBONA COM 4,5KG.	BOMBONA		8			8	R\$ 183,90	R\$ 1.471,20



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	57	269876	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%, FRASCO 1000ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO/TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	FRASCO C/1L	2.000	2.200	30	200	4.430	R\$ 15,47	R\$ 68.532,10
	58	269878	CLOREXIDINA SOL. ALCÓOLICA 0,5% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	FRASCO C/1L		204		200	404	R\$ 15,50	R\$ 6.262,00
	59	295714	CLOREXIDINA SOL. AQUOSA 0,2% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	FRASCO C/1L		200			200	R\$ 10,67	R\$ 2.134,00
	60	456007	COLAR CERVICAL PEQUENO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ-AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		5			5	R\$ 16,35	R\$ 81,75
	61	456005	COLAR CERVICAL MÉDIO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ- AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		10			10	R\$ 16,69	R\$ 166,90
	62	456008	COLAR CERVICAL GRANDE EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ-AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		10			10	R\$ 16,96	R\$ 169,60



EXCLUSIVA ME E EPP			COLAR CERVICAL PEDIÁTRICO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ-AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		5		5	R\$ 16,83	R\$ 84,15
EXCLUSIVA ME E EPP	64	441690	COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX - COM BORDAS DEMARCADAS, DESCARTÁVEL, COM ADESIVO HIPOALÉRGICO, EM SACO PLÁSTICO, COM GRADUAÇÃO A CADA 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PACIENTE, LEITO, ENFERMARIA, DATA E TIPO DE EXAME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	1.500	3.000		4.500	R\$ 0,59	R\$ 2.655,00
EXCLUSIVA ME E EPP	65	432133	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO - BOLSA COLETORA CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, BRANCO OPACO NA FACE POSTERIOR, BRANCO TRANSPARENTE NA FACE ANTERIOR, COM SELAGEM SEGURO, COM VÁLVULA ANTI - REFLUXO, PONTO PARA COLETA DE AMOSTRAS COM BORRACHA AUTOCICATRIZANTE, FILTRO DE AR SISTEMA DE FLUXO CONTÍNUO DE DRENAGEM E ESVAZIAMENTO. TUBO DE ESVAZIAMENTO COM SISTEMA PRÁTICO DE FIXAÇÃO Á BOLSA, PINÇA CORTA FLUXO DO TIPO CLAMP DE FECHAMENTO FIRME E SEGURO AO MANUSEIO. TUBO DE DRENAGEM EM PVC BRANCO TRANSPARENTE, FIRME MEDINDO NO MÍNIMO 1,20M DE COMPRIMENTO DE 0,9CM DE DIÂMETRO INTERNO. ADAPTADOR DE SONDA ESCALONADA, CONFECCIONADA DE MATERIAL RÍGIDO, COM ALÇA RÍGIDA TIPO ÓCULOS PARA FIXAÇÃO E TIRA PARA TRANSPORTE. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OU COM FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE, REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAPACIDADE 2000ML.	UNIDADE	2.000	3.000		5.000	R\$ 3,76	R\$ 18.800,00
EXCLUSIVA ME E EPP	66	441690	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO - COM CAPACIDADE PARA 1200 ML, RECIPIENTE COLETOR GRADUADO EM PVC, TRANSPARENTE, COM ALÇAPARA SUSTENTAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA , DATA DE VALIDADE E REGISRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	1.500	1.500		3.000	R\$ 4,02	R\$ 12.060,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
72	484840	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO - COM OU SEM SÓDIO, EXTRAÍDO DE ALGAS MARINHAS, COM PARTÍCULAS ALTAMENTE ABSORVENTES, QUE PROPORCIONAM ABSORÇÃO DO EXSUDATO. IDEAL PARA FERIDAS COM ALTA EXSUDAÇÃO E FERIDAS CAVITÁRIAS. TAMANHO APROXIMADO DE 10CM X 10CM. EMBALAGEM UNITÁRIA ESTERL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE	2.500	2.000		4.500	R\$ 9,14	R\$ 41.130,00
73	484851	CURATIVO DE ALGINATO COM PRATA - COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA. NÃO ADERENTE, ALTAMENTE ABSORVENTE. TAMANHO APROXIMADO DE 10CM X 10 CM. EMBALAGEM UNITÁRIA, ESTÉRIL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE	1.000	800		1.800	R\$ 28,08	R\$ 50.544,00
74	485057	CURATIVO DE AÇÃO ANTIMICROBIANA DE CARVÃO ATIVADO IMPREGNADO COM PRATA ESTERIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10CM X 10CM, APRESENTANDO BAIXA ADERENCIA AO TECIDO LESADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, INTEGRA E ESTERIL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	UNIDADE		400		400	R\$ 22,31	R\$ 8.924,00
75	603323	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 10CM X 10CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	500			500	R\$ 144,54	R\$ 72.270,00
76	485087	CURATIVO NÃO ADERENTE, COMPOSTO DE MATERIAL UNIFORME, GASE DE CELULOSE IMPREGNADA COM PETROLATUM, COM TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 X 20 CM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		250		250	R\$ 9,10	R\$ 2.275,00
77	485086	CURATIVO NÃO ADERENTE, COMPOSTO DE MATERIAL UNIFORME, GASE DE CELULOSE IMPREGNADA COM PETROLATUM, COM TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 X 7,5CM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		240		240	R\$ 7,08	R\$ 1.699,20

EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
83	479646	DISPOSITIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES ESTEREIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.		UNIDADE	8.000	8.000			16.000	R\$ 0,55	R\$ 8.800,00
84	286037	ESCOVA CERVICAL PARA COLPOCITOLOGIA. - C/ CERDAS MACIAS, MEDINDO 20 CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE	28.000				28.000	R\$ 0,58	R\$ 16.240,00
85	620163	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO COM CLOREXIDINA 2% - COM FACE, COM CERDAS MACIAS E FACE COM ESPUMA - COM CLOREXIDINA 2% 10ML. EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE		13.000			13.000	R\$ 2,26	R\$ 29.380,00
86	620164	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO EMBEBIDA EM 10ML DE PVPI 10% (IODOPovidona 10% COM 1% IODO ATIVO), COM CERDAS MACIAS E FACE COM ESPUMA - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE		13.000			13.000	R\$ 2,32	R\$ 30.160,00
87	437882	ESPARADRAPO MICROPOROSO 50 MM X 10 M - CARRETEL COM CAPA DE PROTEÇÃO NA COR BRANCA CONFECCIONADO EM TECIDO APROPRIADO E FIO DE ALGODÃO, MASSA ADESIVA COM BOA ADERÊNCIA ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ALERGENAS, ENROLADO EM CARRETEL EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.		ROLO	6.000	6.000			12.000	R\$ 4,12	R\$ 49.440,00
88	453693	ESPÁTULA DE AYRES - DE MADEIRA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.		PACOTE	800				800	R\$ 10,54	R\$ 8.432,00
89	479750	ESPÉCULO PARA VIRGEM - DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE	100				100	R\$ 3,64	R\$ 364,00

EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
90	479749	ESPÉCULO DESCARTÁVEL PEQUENO - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRÁU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	16.000				16.000	R\$ 1,51	R\$ 24.160,00	
91	479748	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MÉDIO - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRÁU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	20.000				20.000	R\$ 1,35	R\$ 27.000,00	
92	479747	ESPÉCULO DESCARTÁVEL GRANDE - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRÁU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	6.000				6.000	R\$ 2,06	R\$ 12.360,00	
93	415577	FILME PARA RAIO X (30 X 40) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		108			108	R\$ 599,91	R\$ 64.790,28	
94	301379	FILME PARA ULTRASOM UP 110 MM X 20M - BRILHANTE, COM EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE		120			120	R\$ 52,38	R\$ 6.285,60	
95	415182	FILME RADIOLÓGICO 20 X25CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 20 X 25 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		60			60	R\$ 386,82	R\$ 23.209,20	
96	415183	FILME RADIOLÓGICO 25X30CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 25 X 30 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		70			70	R\$ 478,05	R\$ 33.463,50	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	97	483408	FILME TRANSPARENTE PARA FIXAÇÃO DE PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA 10 CM X 10 M		UNIDADE		10		10	R\$ 2,12	R\$ 21,20
	98	479614	FILTRO UMIDIFICADOR PASSIVOS - FILTRO ELETROSTATICO BACTERIANO E VIRAL BIDIRECIONAL PERMUTADOR DE CALOR E UMIDADE PASSIVO (FILTRO/HME) PARA CIRCUITOS RESPIRATORIOS DISPOSITIVOS DOTADO DE LIGAÇÃO LUER E PORTA TAMPA PARA MONITORIZAÇÃO DO CO2. CARACTERÍSTICAS TECNICAS: INDICADO PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS COM VOLUME CORRENTE 150 - 1200ML, ESPAÇO MORTO DE 51ML E PESO DE 28 G. DEVERA ACOMPANHAR CATETER MOUNT (TRAQUEINHA) EXTENSIVEL EM UMA ÚNICA EMBALAGEM ESTÉRIL.		UNIDADE		600	600	R\$ 9,34	R\$ 5.604,00	
	99	600145	FIO DE ALGODÃO CALIBRE 0 - SEM AGULHA 15 X 45 CM, NÃO ABSORVÍVEL ESTÉRIL, ENVELOPE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE E VALIDADE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM CONTENDO LOTE E VALIDADE DO PRODUTO		UNIDADE		1.200		1.200	R\$ 1,95	R\$ 2.340,00
	100	600144	FIO DE ALGODÃO CALIBRE 2-0 - SEM AGULHA 15 X 45 CM, NÃO ABSORVÍVEL ESTÉRIL, ENVELOPE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE E VALIDADE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		UNIDADE		192		192	R\$ 1,96	R\$ 376,32
	101	600143	FIO DE ALGODÃO PRETO CALIBRE 3-0 - SEM AGULHA 15 X 45 CM, NÃO ABSORVÍVEL ESTÉRIL, ENVELOPE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE E VALIDADE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		UNIDADE		216		216	R\$ 2,00	R\$ 432,00
	102	486976	FIO CATGUT SIMPLES 0 COM AGULHA 3,5 CM - 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, C/ 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.		UNIDADE		648	2400	3.048	R\$ 4,45	R\$ 13.563,60
	103	486972	FIO CATGUT SIMPLES 1 COM AGULHA 3,0 CM - 3/8 CÍRCULO, CILINDRICA. C/ 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.		UNIDADE		240		240	R\$ 4,57	R\$ 1.096,80



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
	104	486964	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 COM AGULHA 3,5 CM - 1/2 CIRC. CILINDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		4.272		2.400	6.672	R\$ 4,79	R\$ 31.958,88
	105	486951	FIO CATGUT SIMPLES 3-0 COM AGULHA 2,0 CM 1/2 CÍRCULO - CILINDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPE CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		192		2.400	2.592	R\$ 4,82	R\$ 12.493,44
	106	486954	FIO CATGUT SIMPLES 3-0 COM AGULHA 3,0 CM - 1/2 CÍRCULO, CILINDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		192		2.400	2.592	R\$ 4,88	R\$ 12.648,96
	107	486946	FIO CATGUT SIMPLES 4-0 COM AGULHA 3,0 CM - 1/2 CÍRCULO, CILINDRICA. COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPE CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		192			192	R\$ 4,97	R\$ 954,24
	108	486941	FIO CATGUT SIMPLES 4-0 FIO COM AGULHA 1,5CM 1/2 CÍRCULO - CILINDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPE CONTENDO LOTO E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		384			384	R\$ 4,79	R\$ 1.839,36
	109	486937	FIO CATGUT SIMPLES 5-0 COM AGULHA 1,5 CM - 1/2 CÍRCULO, CILINDRICA REDONDA. COM 75 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		192			192	R\$ 4,96	R\$ 952,32
	110	487020	FIO CATGUT CROMADO N° 0, COM AGULHA 4,0 CM - COM FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL DE CATGUT CROMADO CALIBRE 0 COM AGULHA CILÍNDRICA DE 1/2 CÍRCULO E 4,0 CM, FIO COM 70 CM DE COMPRIMENTO. APRESENTANDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		1.536		4.800	6.336	R\$ 4,78	R\$ 30.286,08

EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
111	487018	FIO CATGUT CROMADO 0 C/ AGULHA 3,0 CM - COM FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL DE CATGUT CROMADO CALIBRE "0" COM AGULHA CILÍNDRICA DE 1/2 CÍRCULO E 3,0CM, COM FIO DE 70CM DE COMPRIMENTO, ESTÉRIL, ENVELOPES CONTENDO DATA LOTE E VALIDADE.	UNIDADE		72			72		R\$ 4,89	R\$ 352,08
112	487024	FIO CATGUT CROMADO 1 C/ AGULHA 3,0CM - CILÍNDRICA COM CURVATURA 3/8, FIO COM 70CM DE COMPRIMENTO. ENVELOPES CONTENDO DATA LOTE E VALIDADE.	UNIDADE		960			960		R\$ 4,96	R\$ 4.761,60
113	487012	FIO CATGUT CROMADO 2-0 COM AGULHA 4,0 CM - 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, FIO COM 70CM DE COMPRIMENTO. ENVELOPE CONTENDO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO.	UNIDADE		1.680			9.600		11.280	R\$ 4,76
114	487006	FIO CATGUT CROMADO 2-0, C/ AGULHA 2,5CM CILÍNDRICA, 1/2 CIRCULAR, COM 70 CM DE COMPRIMENTO - EMBALAGEM EM PAPEL FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRUA CIRÚRGICO C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, Nº DE LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE		456			4.800		5.256	R\$ 4,81
115	486998	FIO CATGUT CROMADO 3-0 COM AGULHA 2,5 CM 1/2 CÍRCULO - CILÍNDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		360			4.800		5.160	R\$ 4,91
116	487003	FIO CATGUT CROMADO 3-0 COM AGULHA 3,0 CM 3/8 CÍRCULO - CILÍNDRICA, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		450			4.800		5.250	R\$ 4,90
117	602258	FIO CATGUT CROMADO 4-0 COM AGULHA 1,5 CM ,CILÍNDRICA COM CURVATURA 1/2 - PARA UROLOGIA, COM 75 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		504			2.400		2.904	R\$ 4,89
118	486995	FIO CATGUT CROMADO 4-0 COM AGULHA 3,0 CM 1/2 CÍRCULO, COM 75 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRURGICO, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		312			1.200		1.512	R\$ 4,97



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
119	487026	FIO CATGUT CROMADO Nº 1, COM AGULHA 4,0 CM, CILÍNDRICA DE ½ CÍRCULO, COM 70 CM DE COMPRIMENTO ABSORVÍVEL - EMBALAGEM APRESENTANDO LOTE E DATA DE VALIDADE POR UNIDADE.	UNIDADE		3.120			3.120	R\$ 4,94	R\$ 15.412,80	
120	487007	FIO CATGUT CROMADO Nº 2-0, COM AGULHA 3,0 CM - COM FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL DE CATGUT CROMADO COM AGULHA CILÍNDRICA DE ½ CÍRCULO, FIO COM 70 CM DE COMPRIMENTO. APRESENTANDO LOTE E DATA DE VALIDADE POR UNIDADE.	UNIDADE		312		4.800	5.112	R\$ 4,91	R\$ 25.099,92	
121	487001	FIO CATGUT CROMADO Nº 3-0, COM AGULHA 4,0 CM - COM FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL DE CATGUT CROMADO COM AGULHA CILÍNDRICA DE ½ CÍRCULO, FIO COM 70 CM DE COMPRIMENTO. APRESENTANDO LOTE E DATA DE VALIDADE POR UNIDADE.	UNIDADE		120			120	R\$ 5,11	R\$ 613,20	
122	487388	FIO DE NYLON 2-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM FIO DE 45 CM, CIRCULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		2.616		34.650	37.266	R\$ 1,64	R\$ 61.116,24	
123	487452	FIO DE NYLON 2-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 3,0 CM FIO DE 45 CM, CIRCULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		456		9.600	10.056	R\$ 1,64	R\$ 16.491,84	
124	487444	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		6.288		9.600	15.888	R\$ 1,70	R\$ 27.009,60	
125	487445	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 3,0 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		1.560		9.600	11.160	R\$ 1,65	R\$ 18.414,00	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	126	487428	FIO DE NYLON 4-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		2.256		2.256	R\$ 1,72	R\$ 3.880,32	
	127	487380	FIO DE NYLON 5-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,0 CM FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		840		840	R\$ 1,72	R\$ 1.444,80	
	128	487408	FIO DE NYLON 6-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,0 CM, FIO DE 45 CM - CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		456		456	R\$ 1,89	R\$ 861,84	
	129	487506	FIO DE POLIPROPILENO 4-0, COM AGULHA 2,5 CM - CILINDRICA 1/2 CIRCULAR. FIO COM 75CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.	UNIDADE		312		312	R\$ 3,97	R\$ 1.238,64	
	130	487521	FIO DE POLIPROPILENO 3-0, COM AGULHA 3,0 CM - CILINDRICA 1/2 CIRCULAR. FIO COM 75CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.	UNIDADE		192		192	R\$ 4,00	R\$ 768,00	
	131	487532	FIO DE POLIPROPILENO 0 COM AGULHA 2,5 CM CILINDRICA 1/2 CIRCULAR, COM 75 CM DE COMPRIMENTO., EMBALAGEM EM PAPEL FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, N° DE LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE		192		192	R\$ 4,17	R\$ 800,64	
	132	602410	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO 4-0, 70 CM, COM AGULHA 2 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, ESTÉRIL. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.	UNIDADE		288		288	R\$ 4,40	R\$ 1.267,20	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	133	486977	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES 0, 70 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.	UNIDADE		120		2.400	2.520	R\$ 4,96	R\$ 12.499,20
	134	631804	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA TAMANHO 25 MM X 50 M. - COM DORSO DE PAPEL CREPADO, RECOBERTO COM ADESIVO NA FACE INTERNA RESISTENTE A ESTERILIZAÇÃO PELO CALOR ÚMIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE	ROLO		1.650		250	1.900	R\$ 4,01	R\$ 7.619,00
	135	626170	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M. - FITA ADESIVA COM DORSO DE PAPEL CREPADO TRATADO, COM IMPRESSÃO DE UM SINALIZADOR VISUAL DE PASSAGEM PELO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE E COM UM ADESIVO ESPECIAL PARA TER BOM DESEMPENHO EM ALTA TEMPERATURA, SENDO ESTA ENTRE 0 E 180 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO, ALTO TACK E RESISTENTE, APRESENTÁVEL EM ROLO INDIVIDUAL EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO.	ROLO	1.500	1.000		200	2.700	R\$ 5,29	R\$ 14.283,00
	136	405631	FIXADOR PARA RAYO X - GALÃO 38 LITROS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	GALÃO		90			90	R\$ 192,53	R\$ 17.327,70
	137	345486	FORMOL 10% SOLUÇÃO AQUOSA 1.000 ML. - DE FORMALDEÍDO E METANOL NA CONCENTRAÇÃO DE 10%. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO		336		5	341	R\$ 12,40	R\$ 4.228,40
	138	616001	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - PEQUENA - UNISSEX, FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E CORBETURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS.	UNIDADE		28.000			28.000	R\$ 0,56	R\$ 15.680,00
	139	475840	GEL P/ ULTRASSONOGRAFIA BISNAGA C/ 100 GRAMAS - COM BOA CONSISTÊNCIA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	BISNAGA	1.000	700		100	1.800	R\$ 3,06	R\$ 5.508,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP				
		147	332345	INDICADOR QUÍMICO P/ ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (CLASSE IV) - PARA CONTROLE QUÍMICO DOS PROCESSO DE ESTERELIZAÇÃO A VAPOR SATURADO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL DE APROXIMADAMENTE 15MM DE LARGURA POR 20CM DE COMPRIMENTO, PICOTADA AO MEIO, COBERTA POR UMA SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COR, QUANDO EXPOSTA AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TEMPO E TEMPERATURA NECESSÁRIAS AO PROCESSO, COM GABARITO QUE INDICA A VIRAGEM ESPERADA PARA O INDICADOR QUÍMICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DO LOTE, E PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE		14.000		14.000	R\$ 0,28	R\$ 3.920,00
		148	376428	INTEGRADOR QUÍMICO -(CLASSE V) - PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM TEMPERATURAS ENTRE 115 A 140°C. USO ÚNICO PERMEÁVEL AO VAPOR, COM JANELA DE VISUALIZAÇÃO GRADUADA QUE PERMITA A LEITURA PROGRESSIVA DA REAÇÃO PRODUZIDA PARA CICLO, DE ESTERILIZAÇÃO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE		10.000	1.000	11.000	R\$ 0,39	R\$ 4.290,00
		149	452013	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - TAMANHO 0,90 M X 0,90 M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000	1.000	3.000	R\$ 1,97	R\$ 5.910,00
		150	452010	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - TAMANHO 1,00M X 1,00M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000	3.000	5.000	R\$ 2,19	R\$ 10.950,00
		151	452007	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - TAMANHO FL. 1,50M x 1,50M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		1.000	2.000	3.000	R\$ 4,64	R\$ 13.920,00
		152	452009	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 50 - TAMANHO 1,00M X 1,00M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000	3.000	5.000	R\$ 3,06	R\$ 15.300,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	153	445300	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 - EM AÇO CARBONO, ISENTA DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		25			25	R\$ 24,15	R\$ 603,75
	154	361076	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 - EM AÇO CARBONO, ISENTA DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		22			22	R\$ 24,42	R\$ 537,24
	155	273178	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 - EM AÇO CARBONO, ISENTA DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		62			62	R\$ 24,44	R\$ 1.515,28
	156	299240	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 - EM AÇO CARBONO, ISENTA DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		370		1.200	1.570	R\$ 22,88	R\$ 35.921,60
	157	409706	LÂMINA DE VIDRO COM EXTREMIDADE FOSCA - CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	CAIXA	1.000			100	1.100	R\$ 7,21	R\$ 7.931,00
	158	481790	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL - DE PAPEL, MACIO 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS, MEDINDO 0,50 CM X 50 M. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO	6.000	4.000		900	10.900	R\$ 6,58	R\$ 71.722,00
	159	620075	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 6.5 EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	6.000	2.400		12.000	20.400	R\$ 1,79	R\$ 36.516,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP						
		160	620084	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 8.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	4.000	8.600		12.000	24.600	R\$ 1,81	R\$ 44.526,00	
		161	620085	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 8.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	600	1.000			1.600	R\$ 1,82	R\$ 2.912,00	
		162	619855	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.175	1.880	15	338	3.408	R\$ 23,23	R\$ 79.167,84	
		163	619827	LUVA PARA PROCEDIMENTO ANTIALÉRGICA TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM VINIL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		100			1.200	1.300	R\$ 23,84	R\$ 30.992,00
		164	619858	LUVA PARA PROCEDIMENTO ANTIALÉRGICA TAMANHO M - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM VINIL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		100			2.800	2.900	R\$ 23,91	R\$ 69.339,00
		165	397779	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO G.	UNIDADE		1.000				1.000	R\$ 12,85	R\$ 12.850,00



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
166	402138	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO XG.	UNIDADE		1.000			1.000	R\$ 12,85	R\$ 12.850,00	
167	486357	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO XXG.	UNIDADE		1.000			1.000	R\$ 12,97	R\$ 12.970,00	
168	454575	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO PARA OXIGENIOTERAPIA TAMANHO INFANTIL, CONFECCIONADA EM VINIL MACIO OU SILICONE, TRANSPARENTE, COM PRESILHA AJUSTÁVEL A FACE DO PACIENTE, VÁLVULA DE CONTROLE DE BAIXA RESISTÊNCIA, PREVINE A REINALAÇÃO DE GASES E DUAS MEMBRANAS NA MÁSCARA PERMITEM A ELIMINAÇÃO DO GÁS EXALADO. SISTEMA COMPLETO, COM BOLSA RESERVATÓRIA E TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÉNIO COM NO MÍNIMO 2 METROS. PERMITE TERAPIA COM ATÉ 100% DE O ₂ .	UNIDADE		50			50	R\$ 8,42	R\$ 421,00	
169	454574	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO PARA OXIGENIOTERAPIA TAMANHO ADULTO, CONFECCIONADA EM VINIL MACIO OU SILICONE, TRANSPARENTE, COM PRESILHA AJUSTÁVEL A FACE DO PACIENTE, VÁLVULA DE CONTROLE DE BAIXA RESISTÊNCIA, PREVINE A REINALAÇÃO DE GASES E DUAS MEMBRANAS NA MÁSCARA PERMITEM A ELIMINAÇÃO DO GÁS EXALADO. SISTEMA COMPLETO, COM BOLSA RESERVATÓRIA E TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÉNIO COM NO MÍNIMO 2 METROS. PERMITE TERAPIA COM ATÉ 100% DE O ₂ .	UNIDADE		230			230	R\$ 7,92	R\$ 1.821,60	
170	454555	MÁSCARA DE VENTURI INFANTIL - MÁSCARA FACIAL PARA OXIGENIOTERAPIA COM SISTEMA DIVENTURI. CONJUNTO CONTENDO: MÁSCARA FACIAL ALONGADA, CONFECCIONADA EM VINIL MACIO E TRANSPARENTE COM FORMATO ANATÔMICO SOB O QUEIXO, ASSEGURANDO CONFORTO E VISUALISAÇÃO DA FACE DO PACIENTE E ANEL METÁLICO QUE PERMITE MELHOR AJUSTE A FACE DO PACIENTE. DILUIDORES CODIFICADOS EM 6 (SEIS) CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES, DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40% E 50%. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÉNIO COM 2,10CM DE COMPRIMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL.	KIT		20			20	R\$ 9,79	R\$ 195,80	

EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
171	454554	MÁSCARA DE VENTURI ADULTO - MÁSCARA FACIAL PARA OXIGENIOTERAPIA COM SISTEMA DIVENTURI. CONJUNTO CONTENDO: MÁSCARA FACIAL ALONGADA, CONFECIONADA EM VINIL MACIO E TRANSPARENTE COM FORMATO ANATÔMICO SOB O QUEIXO, ASSEGURANDO CONFORTO E VISUALIZAÇÃO DA FACE DO PACIENTE E ANEL METÁLICO QUE PERMITE MELHOR AJUSTE A FACE DO PACIENTE. DILUIDORES CODIFICADOS EM 6 (SEIS) CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES, DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40% E 50%. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÊNIO COM 2,10CM DE COMPRIMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL.	KIT		20		20	R\$ 9,72	R\$ 194,40		
172	435417	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETA INFANTIL - ATÓXICO DESMONTÁVEL, INQUEBRÁVEL, DE FÁCIL ESTERILIZAÇÃO, COMPOSTA DE MÁSCARA, CABEÇOTE INJETOR, RECIPIENTE, EXTENSÃO.	UNIDADE	50				50	R\$ 7,21	R\$ 360,50	
173	435418	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETA ADULTO. - ATÓXICO DESMONTÁVEL, INQUEBRÁVEL, DE FÁCIL ESTERILIZAÇÃO, COMPOSTA DE MÁSCARA, CABEÇOTE INJETOR, RECIPIENTE, EXTENSÃO.	UNIDADE	50				50	R\$ 7,90	R\$ 395,00	
174	628520	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (6CM X 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 6CM X 15M, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	ROLO		80			80	R\$ 8,06	R\$ 644,80	
175	628521	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (8CM X 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 8CM X 15M, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	ROLO		125			125	R\$ 8,34	R\$ 1.042,50	
176	628522	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (10CM x 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 10CM X 15M, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	ROLO		360			360	R\$ 10,06	R\$ 3.621,60	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
177	342674	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL - FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO EM ÂNGULO DE 120 GRAUS, ANTIEMBAÇANTE, LAVÁVEL, CONFECIONADO EM MATERIAL QUE POSSIBILITE SUA DESINFECÇÃO, LENTES TRANSPARENTES INCOLOR		UNIDADE	150	150		20	320	R\$ 4,86	R\$ 1.555,20
178	384202	ORTOFTALALDEIDO A 0,55% - SOLUÇÃO DESINFECTANTE DE PRONTO USO COM ESTABILIDADE MÍNIMA DE 14 DIAS E MÁXIMA DE 40 DIAS. APRESENTAÇÃO EM GALÃO APROXIMADAMENTE ENTRE 3,78L A 5L, ACOMPANHADO DE FITA TESTE INDICADORA PARA DETERMINAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO. A EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE		GALÃO		70			70	R\$ 378,64	R\$ 26.504,80
179	442440	PAPEL CREPADÓ 100% CELULOSE TAMANHO 50 X 50CM - DE ACORDO COM A NBR 14.990.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		FOLHA	29.000	90.000			119.000	R\$ 0,62	R\$ 73.780,00
180	442658	PAPEL CREPADÓ 100% CELULOSE TAMANHO 75 X 75CM - DE ACORDO COM A NBR 14.990.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		FOLHA	10.000	12.500			22.500	R\$ 1,51	R\$ 33.975,00
181	446694	PAPEL CREPADÓ 100% CELULOSE TAMANHO 90 X 90CM - DE ACORDO COM A NBR 14.990.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		FOLHA	10.000	15.700			25.700	R\$ 2,35	R\$ 60.395,00
182	454804	PAPEL PARA CARDIOTOCOGRAFO - PAPEL TERMOSENSÍVEL MODELO G6A DIMENSÃO: 112MM X 100MM, BLOCO COM 150 FOLHAS. COMPATÍVEL COM APARELHO CARDIOTOCOGRAFO DA MARCA GENERAL MEDITECH. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		BLOCO COM 150 FOLHAS		80			80	R\$ 32,67	R\$ 2.613,60
183	438057	PAPEL PARA E. C. G. 48MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		ROL		10			10	R\$ 9,09	R\$ 90,90



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	
184	438057	PAPEL PARA E. C. G. 50MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO		10			10		R\$ 9,73		R\$ 97,30	
185	438058	PAPEL PARA E. C. G. 58MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO		10			10		R\$ 10,01		R\$ 100,10	
186	438059	PAPEL PARA ECG 80MM X 30M - PAPEL TÉRMO REAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	ROLO		470			470		R\$ 8,54		R\$ 4.013,80	
187	438061	PAPEL PARA ELETROCARDIÓGRAFO (ECG) 216MMX 30M - PARA BOMBINA PARA ELETROCARDIÓGRAFO (ECG) 216MM X 30M TERMO SENSÍVEL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	BOBINA		180			180		R\$ 22,98		R\$ 4.136,40	
188	443439	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 5CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93 OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 02 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DATA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO PROCEDIMENTO	BOBINA	12				12		R\$ 28,07		R\$ 336,84	
189	442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 10CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93. OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 04 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DTA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	BOBINA		12			40	52		R\$ 46,18		R\$ 2.401,36



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP				
		195	479671	PROTETOR OCULAR PARA BEBÊS EM FOTOTERAPIA OU EM INCUBADORA TAMANHO "M", CONFECCIONADO EM TECIDO QUE NÃO SOLTA RESÍDUOS, BLACKOUT INTEGRADO, SEM COSTURAS, COM FAIXA AJUSTÁVEL.	UNIDADE		900		900	R\$ 12,17	R\$ 10.953,00
		196	398705	P.V.P.I. DEGERMANTE 10%, FRASCO DE 1000ML - SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE TENSOATIVOS, EMOLIENTES, AGENTES TAMPONANTES A 10% DE POLIVINIL-PIRROLIDONA-IODO, CONTENDO 1% DE IODO ATIVO, INDICADO PARA LIMPEZA E ASSEPSIA DA PELE DO PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO, MÃOS E BRAÇOS DA EQUIPE CIRÚRGICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ÂMBAR, ESPECIFICANDO DATA DE VALIDADE LOTE E PROCEDÊNCIA.	FRASCO		228	600	828	R\$ 36,14	R\$ 29.923,92
		197	405619	REVELADOR PARA RAIO X - GALÃO COM 38 LITROS DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	GALÃO		120		120	R\$ 385,57	R\$ 46.268,40
		198	436853	SAPATILHA DESCARTÁVEL - CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO A BASE DE FIBRA DE RAYON OU POLIPROPILENO, NA COR BRANCA, MODELO TIPO BOTA DE FORMA QUE PERMITA A COBERTURA COMPLETA DO CALÇADO ATÉ O TORNOZELO, COM ELÁSTICO EM TODA A SUA VOLTA, GRAMATURA DE 30 G/METRO QUADRADO EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE		6.000	10.000	16.000	R\$ 0,11	R\$ 1.760,00
		199	439069	SONDA URETRAL N°04 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	400	200	800	1.400	R\$ 0,98	R\$ 1.372,00
		200	437437	SONDA URETRAL N°06 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	6.000	4.000	100	10.100	R\$ 1,01	R\$ 10.201,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
201	437440	SONDA URETRAL N°08- DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	8.000	4.000			12.000	R\$ 1,01	R\$ 12.120,00	
202	437442	SONDA URETRAL N°10 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	10.000	5.000			15.000	R\$ 1,03	R\$ 15.450,00	
203	437443	SONDA URETRAL N°12- DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	40.000	20.000			60.000	R\$ 1,05	R\$ 63.000,00	
204	438410	SONDA URETRAL N°14 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	2.000	1.200			3.200	R\$ 1,09	R\$ 3.488,00	
205	437441	SONDA URETRAL N°16 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	1.000	800			1.800	R\$ 1,13	R\$ 2.034,00	
206	437438	SONDA URETRAL N°18 - DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	200	100			300	R\$ 1,33	R\$ 399,00	



EXCLUSIVA ME E EPP	207	437444	SONDA URETRAL N°20 - DESCARTÁVEL, CONFECIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, MALEÁVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICO, SILICONIZADO, COM ORFÍCIO ÚNICO, DISTAL ESTÉRIL EM EMBALAGEM ADEQUADA QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	100	50		150	R\$ 1,49	R\$ 223,50	
EXCLUSIVA ME E EPP	208	340811	TESTE DE BOWIE E DICK EM PACOTE PARA AUTOCLAVE - A VAPOR COM SISTEMA DE PRÉ-VÁCUO POR BOMBA A VÁCUO PARA DETERMINAÇÃO DE BOLHAS DE AR E GASES NÃO CONDENSADOS, SENSÍVEL AO VAPOR, COM INDICADOR QUÍMICO DA EXPOSIÇÃO AO VAPOR. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PACOTE		1.000		1.000	R\$ 7,86	R\$ 7.860,00	
PRINCIPAL	209	619855	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G - NÃO ESTÉRIL, CONFECIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	3.825	6.120	51	1.102	11.098	R\$ 23,23	R\$ 257.806,54
TOTAL GERAL										R\$	R\$ 6.039.553,36

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Certame:

3.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame;

3.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido;

3.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

3.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

3.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

- 3.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no Art. 72, § 8º, V, da Lei nº. 9.605/1998;
- 3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei nº. 8.429/1992;
- 3.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no Art. 9º, §1º, da Lei nº. 14.133/2021;
- 3.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o Art. 9º §1º, da Lei nº. 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 3.2.7. Empresa que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº. 14.133/2021;
- 3.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 quatorze) anos;
- 3.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 3.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 3.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que não incorro nas condições do Art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da**

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

- d)** Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- e)** Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme Art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- f)** Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o Art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- g)** Para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º. Da Constituição Federal/88;
- h)** Que não posso, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 11º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal/88;
- i)** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº. 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. sim, ME; sim, EPP; não, outros enquadramentos;
- j)** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

3.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas.

CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> **UASG: 926809**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los



atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na LC nº. 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal:
<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de denominada ECF – Escrituração Contábil Fiscal, juntamente com seu respectivo recibo de entrega;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do Contrato Social e suas alterações.

5.2. Os documentos relacionados no subitem 5.1 acima, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº. 103, publicada no D.O. (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal**, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da LC 123/2006.

5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei; sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Os documentos de comprovação da condição de beneficiária da Lei Complementar nº. 123/2006, quando apresentados pela licitante, deverá ser feito **junto com a que se refere o item 10** deste Edital.

5.7. Os documentos apresentados acima não excluem a comprovação da **qualificação econômico-financeira**, excetuando-se o caso de pronta entrega.

Para empresas enquadradas no item 5.1, I - poderá ser apresentado o **DEFIS**, para comprovação de **qualificação econômico-financeira**.

DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema com chave de acesso e senha, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.3. Não será aceita a proposta que oferecer quantidade inferior a 100% do que foi solicitado.

6.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.8.1. Prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2. Preço unitário e total do item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com até 4 (quatro) casas decimais, considerando as quantidades constantes da planilha estimativa do presente Edital;

6.8.2.1. No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação.

6.8.3. Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, e-mail e o respectivo endereço ou Caixa Postal com CEP:

6.8.4. Ser emitida por processo mecânico, com identificação do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente ou por seu representante legal;

6.8.5. Descrever detalhadamente todas as características do bem/produto/serviço ofertado, de acordo com as especificações contidas nos anexos deste Edital.

6.8.6. Apresentar catálogos ou folder, quando couber.

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.10. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

6.11. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

6.12. Não serão admitidas ofertas de produtos com especificação diferente do que foi solicitado.

ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

7.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do

melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível das licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação aos itens, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, quando for o caso.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas corridas**, envie a **proposta readequada (via sistema)** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, não sendo permitida a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação.

7.28.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.29. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30. As propostas de preços contendo a descrição do objeto, do valor e dos eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.31. A comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.32. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

7.33. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

7.34. Para o encaminhamento da proposta de preços dos materiais, objeto desta licitação, será exigido o preenchimento do campo **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no §9º do Art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

8.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº. 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. A qualquer momento poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 24h (vinte e quatro) horas corridas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Art. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas avaliando os preços obtidos para cada item e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o(s) produto(s) oferecido(s), quando necessário.

9.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Agente de Contratação/Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.



DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante melhor classificado**, cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **24h (vinte e quatro)** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

10.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.3.1. SICAF;

10.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidores-afp.apps.tcu.gov.br/>);

10.3.3. Certidão Negativa de Contas Irregulares (<https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#/certidao-negativa-contas-irregulares>);

10.3.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.3.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.3.7. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação;

10.3.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos Arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.4.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

10.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro lograr êxito em



encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.8. Documento Constitutivo:

- **Empresa Individual:**
* Registro Comercial.

- **Sociedades Empresárias em geral:**

* Ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, a alteração social consolidada; devidamente registrados na Junta Comercial.

DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

10.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1. Fotocópia do CNPJ/MF atualizado;

10.9.2. Prova de Regularidade para com:

- a. **O FGTS;**
- b. **A Fazenda Federal;**
 - b1. que deverá ser feita com a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Negativa de Dívidas Ativas da União.
 - b2. que deve abranger a certidão previdenciária nos termos da Portaria MF 358 de 05/09/2014.
- c. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (de acordo com Lei 12.440/2011), que poderá ser obtida através do endereço: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;
- d. **A Fazenda Estadual** (da sede da licitante);
- e. **A Fazenda Municipal** (da sede da licitante).

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.10. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(Informações conforme Termo de Referência no item 7.4):

10.10.1. Comprovação de aptidão para fornecimento dos materiais licitados, deverá ser mediante um ou mais atestado(s) ou declaração(ões), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público e/ou Privado, declarando que a



licitante executa ou forneceu os produtos da licitação em pelo menos **10% (dez por cento)** do objeto pertinentes e compatíveis ao processo licitatório, demonstrando experiência para o desempenho do objeto.

I. Para atender a este requisito é necessário que o (s) Atestado (s) ou declaração (ões) permita (m) a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter a razão social com o número do CNPJ, o endereço, o número do telefone, com a identificação do signatário e com a assinatura do responsável;

10.10.2. Comprovação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL, quando cabível ao item em questão;

10.10.3. Comprovação da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA, vigente, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, quando cabível ao item em questão;

10.10.4. Comprovação do REGISTRO, CADASTRAMENTO ou ISENÇÃO DE REGISTRO do(s) produto(s) ofertado(s) na AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa, do Ministério da Saúde, conforme estabelece as Leis nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e 13.097 de 19 de janeiro de 2015, quando cabível ao item em questão;

10.10.5. Apresentar descrição detalhada dos produtos para a saúde e correlacionar com o registro apresentando o número do item correspondente no termo de referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias.

10.10.6. Caso solicitado, apresentar ficha técnica e/ou folder e/ou catálogos técnicos ilustrativos e/ou documento similar compatível com a descrição detalhada da marca e/ou modelo de referência dos produtos cotados, que comprove as suas especificações, na língua portuguesa, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, conforme Portaria MS/GM nº 1.818/1997.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.11.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica e / ou obtida eletronicamente nos sítios dos Tribunais de Justiça do Estado da sede da licitante, emitida há menos de **90 (noventa) dias da data designada no item 1.3**, e que esteja válida na data de abertura deste certame;

10.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais ou SPED, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.11.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 em qualquer dos índices referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

10.11.4. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso elas não contenham expressamente o prazo de validade, a **Administração** convenciona o prazo como sendo de **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

10.12. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para Habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão, salvo em casos de diligência conforme item abaixo.

DAS DILIGÊNCIAS

11.1. É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **proposta de preços ou documentação de habilitação, exceto documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.2. Os documentos solicitados, a título de diligências, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, deverão ser encaminhados através da opção "enviar anexo" do Sistema no site www.gov.br/compras/pt-br, ou enviada através de correspondência eletrônica no e-mail ucsaudecaruaru@gmail.com, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas corridas.

11.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

DA AMOSTRA

(Informações conforme Termo de Referência no item 4.3):

12.1. A licitante detentora da melhor proposta, quando solicitada, deverá fornecer no **prazo de 03 (três) dias úteis**, informações detalhadas, *folder*, amostra e/ou catálogo técnico complementar (em língua portuguesa) dos itens, para subsidiar o parecer técnico, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, sem ônus para a Administração;

12.2. A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. A amostragem visa reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá às necessidades da Administração;

12.3. A Administração estabelece como critério para a avaliação, confrontar o item a ser fornecido na proposta do licitante com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos;

12.4. A amostra deverá ser enviada com a embalagem original do produto, a fim de que seja possível aferir com precisão as especificações do objeto, sem ônus para a Administração. Poderá ser aberta e manuseada, sendo

devolvida à empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante;

12.5. A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado;

12.6. A amostra solicitada deverá ser entregue à *Unidade de Contratação (UC-Saúde)* da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE, telefones: (81)3101-0237 ou (81)3101-0238 ou (81) 3101-0239, no horário de 07:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira;

12.7. A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no *item 12.1.* acima, conforme descrição constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

13.2. O recorrente terá, a partir de então, **o prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.6.1. Nas hipóteses de **provimento de recurso** que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.6.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.6.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

13.6.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado e homologará o procedimento licitatório.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou pedir esclarecimentos sobre este Edital.

15.2. As impugnações ou esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail ucsaudecaruaru@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: **Unidade de Contratação Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Vera Cruz, 654 – 3º Andar, Bairro São Francisco Caruaru/PE – CEP: 55.008-000.**

15.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre os questionamentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado deste certame, o Município de Caruaru convocará a licitante vencedora, para assinatura da ARP/contrato, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

16.3. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar a ARP/contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

16.5. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.



16.6. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados : (Informações conforme Termo de Referência no item 10.1):

ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES/FISCAIS ÓRGÃO/ENTIDADE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (GAF)	WILLIAM MATHEUS BERNARDINO SILVA MOTTA Matrícula: 18152-6 Cargo: Gerente de Assistência Farmacêutica	FISCAL TITULAR
	JULIETTE FERREIRA VIEIRA DA SILVA Matrícula: 18.084-9 Cargo/Função: Farmacêutica/CAF/SMS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (VS)	SÉRGIO HENRIQUE FLORÊNCIO DE FRANÇA MATRÍCULA:180745 CARGO/FUNÇÃO: Gerente da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL TITULAR
	INÁCIO PEREIRA DUQUE NETO MATRÍCULA: 129356 CARGO/FUNÇÃO: Apoiador da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SUSTENTABILIDADE	LEONARDO JÚNIOR BARBOSA DE MATOS Matrícula: 56.116-2 Cargo/função: Coordenador II	GESTOR TITULAR
	JOSÉ SIMONAL CARDOSO DA SILVA Matrícula: 55.977-2 Cargo: Coordenador II AME Animal	FISCAL TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (SAÚDE BUCAL)	NOME: Edy Viviane Silva França CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora De Saúde Bucal MATRÍCULA: 180741	FISCAL TITULAR
	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues De Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenador De PCD MATRÍCULA: 180533	FISCAL SUPLENTE

16.6.1. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

16.6.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

16.7. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza continuada do objeto;

16.8. Para assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMISSÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

16.9. Da extinção da contratação e do cancelamento da ata de registro de preço (Conforme Termo de Referência no item 14):

16.9.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

- I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru/PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretaria Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

16.9.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

16.9.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

16.9.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

16.9.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

16.9.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

16.9.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 16.9.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 16.9.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 16.9.5.3. indenizações e multas.

16.10. Do reajuste e do reequilíbrio (Conforme Termo de Referência no item 15):

16.10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

16.10.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.10.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Gestão de Contratos, da Secretaria Municipal de Saúde - GDC-SMS através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

16.10.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.10.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a PRESTADORA/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.10.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA SUBCONTRATAÇÃO E DOS CONSÓRCIOS

(Informações conforme Termo de Referência no item 5):

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

17.2. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

17.3. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

17.3.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.



17.3.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

17.3.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

(Informações conforme Termo de Referência no item 17):

SMS

Lei Orçamentária Anual 2025 - Lei nº 7.324 de 03 de dezembro 2024.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual do Estado
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA



Programa	1004	VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Ação	2. 1046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	RECURSO DO SUSDO BLOCO DE MANT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS

SSB

Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Função: 4 - administração/Subfunção/Programa/Ação: 4.122.412.2.187 - Suporte às ações da AME Animal

Despesa 2430 3.3.90.30.00 Material de consumo

18.2. A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração. Sendo assim, a demanda se encontra em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

19.1. Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições transcritas abaixo:

CAPÍTULO VI **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

- a) Esta possui validade;
- b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;
- c) Está corretamente preenchida;
- d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

- a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);
- b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);
- c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

- a) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;
- b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;
- c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;
- d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;



- II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;
- III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;
- IV - Controlar a vigência do contrato;
- V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;
- VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;
- VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;
- VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.
- IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.
- XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.
- XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
- §1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.
- §2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(Informações conforme Termo de Referência no item 6):

20.1. Do Prazo de Entrega

20.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento - atendendo ao disposto na RESOLUÇÃO TCE/PE Nº 271, DE 22 DE JANEIRO DE 2025 - e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Autorização de Fornecimento correspondente;

20.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



20.2. Local/Horário de Entrega

20.2.1. Os itens deverão ser entregues nos locais a seguir especificados ou nos locais especificados na Autorização de Fornecimento, em caso de mudança de endereço dos órgãos/entidades nos limites da Zona Urbana de Caruaru, conforme demanda do órgão/entidade participante:

CAF/SMS - Endereço para entrega: Os materiais médico hospitalares da Central de abastecimento Farmacêutico da SMS deverão ser entregues na *Central de Abastecimento Farmacêutico* da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na **Av. Vera Cruz, 654 Bairro São Francisco**, no horário 08:00 às 16:00 horas de segunda à sexta-feira, no mesmo local onde funciona a Secretaria de Saúde de Caruaru, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones (81) 3101-0212 ou (81) 3101-0209 ou pelo endereço eletrônico caf@saudecaruaru.pe.gov.br.

SSB - AME ANIMAL- Endereço para entrega: AME ANIMAL. **Avenida Rádio Cultura, 1000. Indianópolis.** Caruaru - PE CEP 55026-690, de segunda à sexta-feira de 7h00 às 13h00.

GGVS/SMS- Endereço para entrega: Almoxarifado Central Da SMS , **Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco**, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

SAÚDE BUCAL - SMS: Os Itens deverão ser entregues no: Almoxarifado Central Da Secretaria Municipal de Saúde, **Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco**, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

20.3. Das Condições de Entrega

20.3.1. Na entrega dos itens serão obedecidas as determinações a seguir:

20.3.1.1 O objeto desta licitação será recebido:

I) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

II) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

20.3.1.2. Na entrega dos itens será verificado:

- a. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- b. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- c. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;



- d. O nome, o número do lote, a validade e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento, conforme determinação da RDC/Anvisa Nº. 44 de 17 de agosto de 2009;
- e. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- f. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- g. O transporte dos produtos deverá ser feito em conformidade com a RDC/Anvisa Nº. 329/99, respeitando-se as condições exigidas para o envio de produtos perecíveis e os que apresentem termossensibilidade e/ou fotossensibilidade;
- h. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

20.4. Do Prazo de Validade dos Itens

20.4.1. Os produtos devem ser entregues com prazo de, no mínimo, 75% de sua validade total.

20.5. Da Substituição do Objeto

20.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

20.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

20.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

20.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

20.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

20.6.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;

- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote;
- d) O prazo de validade correspondente a cada lote (quando cabível ao item em questão).

20.7. Da Garantia dos Produtos

20.7.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

DO PAGAMENTO

(Informações conforme Termo de Referência no item 12):

21.1. Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

21.2. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

21.2.1. As notas fiscais de fornecimento/prestação deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada mês, sendo que os fornecimentos/prestação deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os fornecimentos/prestação que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.

21.3. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

21.3.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

21.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

21.5. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

21.5.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

21.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

21.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

21.8. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

21.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

21.10. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DAS PENALIDADES

(Informações conforme Termo de Referência no item 18)

22.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal N° 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
- II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da dispensa ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de *contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 22.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 22.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

22.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

22.7. Da Advertência

22.7.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;



II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

22.8. Da Multa

22.8.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

22.8.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.9. Do Impedimento de Litar

22.9.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Secretaria de Saúde de Caruaru, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação.

23.11. O Fundo Municipal de Saúde, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 71 da Lei nº. 14.133/2021.

23.12. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



23.13. Declarações que não puderem ser comprovadas durante a análise documental, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação pertinente.

23.14. Caso a licitante apresente na proposta comercial, dispositivos, acessórios, softwares além dos que foram solicitados no Edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus para este Fundo Municipal de Saúde.

23.15. A cópia do Edital e seus Anexos serão disponibilizados nos sítios: <https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/> ; www.saudecaruaru.pe.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br> UASG: 926809.

23.16 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente de Contratação/Pregoeiro, no endereço eletrônico ucsaudecaruaru@gmail.com, Unidade de Contratação da Secretaria de Saúde de Caruaru, localizada na Avenida Vera Cruz, 654, Bairro São Francisco, Caruaru-PE, CEP 55.008-000, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (081) 3101-0237, 3101-0238 e 3101-0239.

FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desse processo de licitação será competente o foro da Comarca de Caruaru, não admitindo outra comarca por mais privilegiada que seja.

Caruaru/PE, 21 de janeiro de 2025.

Arachele de Oliveira Lima Santos
Agente de Contratação/Pregoeiro



ANEXO I (EDITAL)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da Definição do Objeto

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB)**, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo dos itens, que constituem o ANEXO I deste Termo de Referência;

1.1.2. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da Classificação do Objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065 , de 29 de agosto de 2023;

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar correspondente.

1.3. Do Sistema de Registro de Preços

1.3.1. A presente contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência.

1.3.2. Da adoção do Sistema de Registro de Preços

1.3.2.1. A presente contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência;

1.3.2.2. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela(s) hipótese(s) a seguir, de acordo com o **DECRETO Nº 035, DE 14 DE MARÇO DE 2024** - que *Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru* - mencionando em seu Art. 4º, incisos I e II:

"Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:
I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa"

1.3.3. Da Justificativa da Dispensa da Intenção de Registro de Preços (IRP):

1.3.3.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar à Administração a divulgação de suas intenções de realizar licitação na modalidade Pregão, pelo sistema de Registro de Preços, permitindo a participação de outros órgãos governamentais interessados no mesmo objeto, otimizando recursos por meio de economia de escala.

1.3.3.2. Nos termos do § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do § 4º do art. 15 do Decreto Municipal nº 035/2024, é admitida a dispensa da IRP quando o órgão gerenciador for o único contratante ou quando o atendimento da demanda for incompatível com a tramitação do procedimento.

1.3.3.3. Em relação ao presente certame, não houve adoção da supracitada dispensa, pois houve divulgação da IRP, através do Memorando 48.712/2025, em 11 de setembro de 2025, emitido pela Gerência de Análise de Processos e Gestão de Contratos da SMS à Coordenação Técnica da AME Animal, órgão da Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB) da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC). O referido órgão demonstrou interesse de participação - no Despacho 3, no mesmo Memorando - encaminhando os respectivos itens e quantitativos necessários.

1.3.3.4. A dispensa da IRP visa assegurar a eficiência, economicidade e celeridade no atendimento das necessidades específicas do órgão gerenciador, garantindo que o processo licitatório seja concluído de forma célere e adequada às peculiaridades do objeto.

1.3.3.5. Nada impede a posterior adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 035/2024 em seu art. 17, IV:

“Art. 17. Na tramitação do IRP, caberá ao órgão gerenciador:
(...)”

IV - Deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP ou de quantitativos atualizados, desde que seja apresentada justificativa sobre o descumprimento dos prazos.”

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1. O presentes certame tem por objeto a *Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB)*, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses. Por estabelecimentos adscritos à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) entende-se que são aqueles que compõem os blocos de financiamento da Atenção Básica, da Média e Alta Complexidade, Componente Básico da Assistência Farmacêutica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Ambiental. Já a AME Animal é o Ambulatório Multiprofissional Especializado - Animal, órgão da Secretaria de De Sustentabilidade e Bem-estar Animal (SSB);

2.2. O MMHs que se encontram relacionados neste documento fazem parte do elenco básico de itens da SMS de Caruaru, e têm por finalidade assistir os municíipes nas unidades de Atenção Básica e de Atenção Especializada, nos procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de saúde, desde situações pré-hospitalares até hospitalares, perpassando pela assistência em serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU a procedimentos cirúrgicos. Cabe ressaltar que os produtos para saúde, em tela proporcionam as condições para promoção e/ou proteção e/ou recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços da atenção básica e especializada. A descontinuidade do fornecimento de tais insumos pode ocasionar casos de emergência ou de calamidade pública sanitária, em virtude de comprometer a segurança dos municíipes, devido à suspensão e/ou descontinuidade das terapias em curso ou ainda adiamento do início do combate à doença;

2.3. Na AME Animal estima-se que são atendidos 80 animais/dia nos procedimentos simples(ex.curativos) aos mais complexos, como cirurgias. Além disso, a instituição presta atendimento a 120 cães e 45 gatos no abrigo municipal de animais. Tais atendimentos geram uma demanda por Material Médico Hospitalar. O referido material será utilizado para



o atendimento às demandas de serviços da AME Animal, compreendidos por clínica veterinária municipal, canil, cirurgias de castração na Sede da AME e nas ações itinerantes com o Castramóvel e com atendimento veterinário;

2.4. No âmbito da Vigilância em Saúde tem-se observado que a estimativa de consumo apresentada ano a ano corresponde às necessidades reais das ações desenvolvidas pela área de Vigilância Ambiental, considerando dados históricos de utilização, a quantidade de pessoas atendidas e as características específicas dos serviços executados. As atividades dessa vigilância são contínuas e envolvem, entre outras ações, inspeções, coletas de amostras, controle de vetores, monitoramento da qualidade da água e apoio a emergências ambientais, o que demanda o uso regular e programado de insumos específicos;

2.5. A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar considerou, para fins de quantificação e especificação, as informações repassadas pelo grupo técnico, constituído pela Gerência de Assistência Farmacêutica – GAF, Gerência Geral de Vigilância em Saúde e pela Coordenação da AME Animal Caruaru.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução que melhor atende aos interesses da administração pública, é a **Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB)**, através de novo Registro de Preços, na modalidade de Pregão, nos termos do art. 28, I da Lei N° 14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, durante o período de 12 (doze) meses;

3.2. A aquisição dos itens em epígrafe é importante para não haver retardo dos serviços e, por consequência, gerar prejuízos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, tendo em vista que os impactos socioambientais gerados pelo MMH durante seu uso e descarte; contudo tais impactos podem ser minimizados, se forem adotadas algumas práticas, observando os seguintes requisitos ambientais:

I. Será recomendado ao FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, conforme previsão neste instrumento, que deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade no fornecimento de bens, mediante orientações constantes no art. 5º da IN/SLTI/MPOG n°01/2010 (Compras Sustentáveis), tais como:

la. que os itens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

lb. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, e;

lc. que os itens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

ld. que os itens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos :

4.2.1. Não há exigências de marca(s) para os itens a serem adquiridos neste certame, contanto que sejam cumpridas as especificações presentes na descrição dos mesmos, que podem ser apreciadas no ANEXO I deste Termo de Referência.

4.3. Da Exigência de Amostra

4.3.1. A licitante detentora da melhor proposta, quando solicitada, deverá fornecer no **prazo de 03 (três) dias úteis**, informações detalhadas, *folder*, amostra e/ou catálogo técnico complementar (em língua portuguesa) dos itens, para subsidiar o parecer técnico, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, sem ônus para a Administração;

4.3.2. A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. A amostragem visa reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá às necessidades da Administração;

4.3.3. A Administração estabelece como critério para a avaliação, confrontar o item a ser fornecido na proposta do licitante com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos;

4.3.4. A amostra deverá ser enviada com a embalagem original do produto, a fim de que seja possível aferir com precisão as especificações do objeto, sem ônus para a Administração. Poderá ser aberta e manuseada, sendo devolvida à empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante;

4.3.5. A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado;

4.3.6. A amostra solicitada deverá ser entregue à *Unidade de Contratação (UC-Saúde)* da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE, telefones: (81)3101-0237 ou (81)3101-0238 ou (81) 3101-0239, no horário de 07:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira;

4.3.7. A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no *item 4.3.1.* acima, conforme descrição constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

4.4. Dos Requisitos Específicos:

4.4.1. REQUISITOS LEGAIS

4.4.1.1. O FORNECEDOR REGISTRADO ou CONTRATADO será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto.

4.4.1.2. Modo geral deve ser obedecido o disposto nos seguintes normativos:

- I. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.
- III. A contratação deverá estar em conformidade com o **DECRETO N° 058, DE 09 DE MAIO DE 2024**, que Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE.
- IV. Lei 10.406/2002 – Código Civil.

4.4.2. REQUISITOS TÉCNICOS

I. Atendimento às especificações a serem elaborados pela Gerência De Análise De Processos e Contratos Administrativos, e Unidade de Contratação - Saúde, respectivamente;

II. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 5.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação;
- 5.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto;
- 5.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s);
- 5.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Do Prazo de Entrega

6.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento - atendendo ao disposto na RESOLUÇÃO TCE/PE Nº 271, DE 22 DE JANEIRO DE 2025 - e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Autorização de Fornecimento correspondente;

6.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Local/Horário de Entrega

6.2.1. Os itens deverão ser entregues nos locais a seguir especificados ou nos locais especificados na Autorização de Fornecimento, em caso de mudança de endereço dos órgãos/entidades nos limites da Zona Urbana de Caruaru, conforme demanda do órgão/entidade participante:

CAF/SMS - Endereço para entrega: Os materiais médico hospitalares da Central de abastecimento Farmacêutico da SMS deverão ser entregues na *Central de Abastecimento Farmacêutico* da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Vera Cruz, 654 Bairro São Francisco, no horário 08:00 às 16:00 horas de segunda à sexta-feira, no mesmo local onde funciona a Secretaria de Saúde de Caruaru, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones (81) 3101-0212 ou (81) 3101-0209 ou pelo endereço eletrônico caf@saudecaruaru.pe.gov.br.

SSB - AME ANIMAL- Endereço para entrega: AME ANIMAL. Avenida Rádio Cultura, 1000. Indianópolis. Caruaru - PE CEP 55026-690, de segunda à sexta-feira de 7h00 às 13h00.

GGVS/SMS- Endereço para entrega: Almoxarifado Central Da SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

SAÚDE BUCAL - SMS: Os Itens deverão ser entregues no: Almoxarifado Central Da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

6.3. Das Condições de Entrega

6.3.1. Na entrega dos itens serão obedecidas as determinações a seguir:

6.3.1.1 O objeto desta licitação será recebido:

III) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

IV) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

6.3.1.2. Na entrega dos itens será verificado:

- i. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- j. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- k. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;
- l. O nome, o número do lote, a validade e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento, conforme determinação da RDC/Anvisa Nº. 44 de 17 de agosto de 2009;
- m. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- n. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- o. O transporte dos produtos deverá ser feito em conformidade com a RDC/Anvisa Nº. 329/99, respeitando-se as condições exigidas para o envio de produtos perecíveis e os que apresentem termossensibilidade e/ou fotossensibilidade;
- p. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

6.4. Do Prazo de Validade dos Itens

6.4.1. Os produtos devem ser entregues com prazo de, no mínimo, 75% de sua validade total.

6.5. Da Substituição do Objeto

6.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

6.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

6.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.6.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- e) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- f) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- g) A quantidade correspondente a cada lote;
- h) O prazo de validade correspondente a cada lote (quando cabível ao item em questão).

6.7. Da Garantia dos Produtos

6.7.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1 O fornecedor será selecionado através de novo *Registro de Preços*, na modalidade de *Pregão*, nos termos do art. 28, I da Lei Nº 14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM - Em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, no que se refere ao Critério de Julgamento, nos termos do art. 33, I da lei 14.133/21 - com o escopo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponha de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação aos itens deste instrumento, nesse sentido a Súmula Nº 247 do Tribunal de Contas da União.

7.2. Regime de execução

7.2.1 O regime de execução do registro de preços será PREÇO UNITÁRIO.

7.3. Modo de Disputa

7.3.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, tendo em vista que *"Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos"*, conforme art. 56, I da lei 14.133/21.

7.4. Exigências de habilitação

7.4.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.4.1.1. **Comprovação de aptidão para fornecimento dos materiais licitados**, deverá ser mediante um ou mais atestado(s) ou declaração(ões), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público e/ou Privado, declarando que a licitante executa ou forneceu os produtos da licitação em pelo menos 10% (dez por cento) do objeto pertinentes e compatíveis ao processo licitatório, demonstrando experiência para o desempenho do objeto.

I. Para atender a este requisito é necessário que o (s) Atestado (s) ou declaração (ões) permita (m) a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter a razão social com o número do CNPJ, o endereço, o número do telefone, com a identificação do signatário e com a assinatura do responsável;

7.4.1.2. **Comprovação de Licença Sanitária vigente**, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL, quando cabível ao item em questão;

7.4.1.3. Comprovação da **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA**, vigente, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, quando cabível ao item em questão;

7.4.1.4. Comprovação do **REGISTRO, CADASTRAMENTO ou ISENÇÃO DE REGISTRO** do(s) produto(s) ofertado(s) na **AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa**, do Ministério da Saúde, conforme estabelece as Leis nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e 13.097 de 19 de janeiro de 2015, quando cabível ao item em questão;

7.4.1.5. Apresentar **descrição detalhada dos produtos para a saúde e correlacionar com o registro** apresentando o **número do item correspondente no termo de referência**, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias.

7.4.1.6. Caso solicitado, apresentar ficha técnica e/ou folder e/ou catálogos técnicos ilustrativos e/ou documento similar compatível com a descrição detalhada da marca e/ou modelo de referência dos produtos cotados, que comprove as suas especificações, na língua portuguesa, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, conforme Portaria MS/GM nº 1.818/1997.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

8.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

8.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;



- 8.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 8.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 8.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;
- 8.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;
- 8.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 8.9. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas)**, os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;
- 8.10. Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;
- 8.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;
- 8.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;
- 8.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 8.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;
- 8.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;
- 8.15.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;
- 8.16. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E/OU CONTRATANTE

- 9.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;
- 9.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;
- 9.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

- 9.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;
- 9.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- 9.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;
- 9.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;
- 9.8. Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimativas e representam as previsões para as compras durante o prazo de **12 (doze) meses**.

10. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA ARP/CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores a seguir designados:

ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES/FISCAIS ÓRGÃO/ENTIDADE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (GAF)	WILLIAM MATHEUS BERNARDINO SILVA MOTTA Matrícula: 18152-6 Cargo: Gerente de Assistência Farmacêutica	FISCAL TITULAR
	JULIETTE FERREIRA VIEIRA DA SILVA Matrícula: 18.084-9 Cargo/Função: Farmacêutica/CAF/SMS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (VS)	SÉRGIO HENRIQUE FLORÊNCIO DE FRANÇA MATRÍCULA:180745 CARGO/FUNÇÃO: Gerente da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL TITULAR
	INÁCIO PEREIRA DUQUE NETO MATRÍCULA: 129356 CARGO/FUNÇÃO: Apoiador da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SUSTENTABILIDADE	LEONARDO JÚNIOR BARBOSA DE MATOS Matrícula: 56.116-2 Cargo/função: Coordenador II	GESTOR TITULAR
	JOSÉ SIMONAL CARDOSO DA SILVA Matrícula: 55.977-2 Cargo: Coordenador II AME Animal	FISCAL TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (SAÚDE BUCAL)	NOME: Edy Viviane Silva França CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora De Saúde Bucal MATRÍCULA: 180741	FISCAL TITULAR



	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues De Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenador De PCD MATRÍCULA: 180533	FISCAL SUPLENTE
--	--	-----------------

10.2. Os Gestores e Fiscais dos Contratos assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

10.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para os itens relacionados nesse Termo de Referência é de: **R\$ 6.039.553,36 (seis milhões, trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais, e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos em planilha constante no ANEXO I, deste Termo de Referência.

11.2. A estimativa do valor da contratação segue acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado com base nos parâmetros da IN nº65/2021 e na metodologia constante no DECRETO MUNICIPAL Nº 080, DE 05 DE OUTUBRO DE 2023, que regulamentou o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru.

11.3. O valor estimado para os itens relacionados neste Termo de Referência constitui-se pelos menores valores propostos pelas empresas participantes, e diligenciados conforme parâmetros métricos recomendados pelo TCE/PE, DECRETO MUNICIPAL Nº 80/2021 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 65/2021.

12. DO PAGAMENTO

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

12.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

12.1.1. As notas fiscais de fornecimento/serviços deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada mês, sendo que os produtos/serviços deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os serviços que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.

12.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

12.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

12.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

13. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATAÇÃO

13.1. A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

d) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

e) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

f) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

13.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

13.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE FORNECEDOR / DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretaria Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

14.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

14.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

14.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. indenizações e multas.

15. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIOS

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

15.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Gestão de Contratos, da Secretaria Municipal de Saúde - GDC-SMS através do e-mail: gestaodecontratos@saudecaruaru.pe.gov.br, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

15.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicado a seguir:

SMS

Lei Orçamentária Anual 2025 - Lei nº 7.324 de 03 de dezembro 2024.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO



Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual do Estado
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa	1004	VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Ação	2. 1046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	RECURSO DO SUSDO BLOCO DE MANT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS

SSB

Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL
Função: 4 - administração/Subfunção/Programa/Ação: 4.122.412.2.187 - Suporte às ações da AME Animal
Despesa 2430 3.3.90.30.00 Material de consumo

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da contratação ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de *contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *contratação* ou da execução contratual.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.6. Da Advertência

18.6.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

18.7. Da Multa

18.7.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

18.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.



19 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 19.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.
- 19.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
- 19.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que a dele advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao benefício do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.
- 19.5. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição dos itens e quantidades máximas da contratação
----------------	--

Caruaru, 26 de novembro de 2025.

Antônio Gonçalves da Silva Neto

Secretaria Executiva de Planejamento, Administração, Finanças e Assistência Farmacêutica

David Dos Santos Oliveira

Secretaria Executiva de Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Laryssa Karol Ferreira dos Santos

Gerência Geral da Atenção Especializada

Luciana Ferreira da Paz

Gerência de Análise de Processos

Leticia Marianne Rodrigues Silva

Gerência Geral de Gestão

Renato De Azevedo Lyra

Secretário de Sustentabilidade e Bem-estar Animal



ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES MÁXIMAS DA CONTRATAÇÃO

<u>COTAS</u>	<u>ITEM</u>	<u>CAT/MAT</u>	<u>DESCRÍÇÃO</u>	<u>APRES</u>	<u>ATB</u>	<u>MAC</u>	<u>VIG. SAUDE</u>	<u>AME. ANIMAL</u>	<u>QUANT</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>TOTAL</u>
PRINCIPAL	1	481012	ÁLCOOL ETÍLICO A 70% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO DE 1L	7.500	6.900	195	338	14.933	R\$ 6,07	R\$ 90.643,31
PRINCIPAL	2	628474 (similar)	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 500 GRAMAS - APRESENTADO EM MANTAS UNIFORMES, HIDRÓFILO, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM BOA ABSORÇÃO, ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL. EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	PACOTE	1.500	3.000	76	150	4.726	R\$ 14,02	R\$ 66.258,52
PRINCIPAL	3	335478	AVENTAL DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO - CONFECIONADO COM FALSO TECIDO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, UM PAR DE TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E OUTRO PARA AMARRAR NO PESCOÇO, MANGA LONGA GRAMATURA MÍNIMA 30, ACABAMENTO EM OVERLOCK. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	30.000	9.000		9.000	48.000	R\$ 1,80	R\$ 86.400,00
PRINCIPAL	4	623095	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 02 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIOPACO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 02 UNIDADES.	PACOTE C/02 UNIDADES	18.750	18.750		4.500	42.000	R\$ 3,45	R\$ 144.900,00
PRINCIPAL	5	623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIOPACO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	30.000	45.000		4.500	79.500	R\$ 5,31	R\$ 422.145,00
PRINCIPAL	6	615986	COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM C/ 11 FIOS - COM TECIDO TIPO TELA DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE, TECIDO ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIO E AGRADÁVEL, ISENTO DE IMPUREZAS, COM DOBRAS PARA DENTRO DA COMPRESSA, ESPECIALMENTE TRATADO PARA FINS CIRÚRGICOS E CURATIVOS, COM 11 FIOS POR CENTÍMETRO QUADRADO, COM DIMENSÃO DA COMPRESSA ABERTA EM 15 X 30 CM, DISPOSTA DE MANEIRA UNIFORME, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, ISENTO DE ALVEJANTES ÓTICOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PACOTE C/ 500 UNIDADES	6.000			600	6.600	R\$ 14,88	R\$ 98.208,00



PRINCIPAL	7	484920	CURATIVO A BASE DE GEL - COMPOSTO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ALGINATO DE CÁLCIO E ÁGUA PURIFICADA. GEL TRANSPARENTE, AMORFO, COESO, BOA VISCOSIDADE E CONSISTÊNCIA. BISNAGA COM APROXIMADAMENTE 25G, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	BISNAGA	4.500	3.000		7.500	R\$ 11,73	R\$ 87.975,00	
PRINCIPAL	8	603324	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 15CM X 15CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	375			375	R\$ 212,26	R\$ 79.597,50	
PRINCIPAL	9	631753	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - COM DORSO DE TECIDO DE ALGODÃO, IMPERMEABILIZANTE EM UMA DAS FACES E COM MASSA ADESIVA A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E BORRACHA NA OUTRA, NA COR BRANCA, UTILIZÁVEL EM TEMPERATURAS ENTRE 0 A 60 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO À PELE, ALTO TACK, EXCELENTE FLEXIBILIDADE, RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, APRESENTÁVEL EM CARRETEL PLÁSTICO COM CAPA PLÁSTICA DE PROTEÇÃO NA DIMENSÃO DE 10 CM X 4,5 M.	ROL	6.750	6.225		750	13.725	R\$ 8,11	R\$ 111.309,75
PRINCIPAL	10	415610	FILME PARA RAIO X (35 X 43) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANTE EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		108			108	R\$ 697,35	R\$ 75.313,80
PRINCIPAL	11	432240	FILME RADIOLÓGICO 35X43CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 35 X 43 CM. EMBALAGEM FECHADA. COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		90			90	R\$ 802,28	R\$ 72.205,20
PRINCIPAL	12	620102	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	6.525	15.000		13.500	35.025	R\$ 1,79	R\$ 62.694,75
PRINCIPAL	13	620103	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	15.000	18.750		13.500	47.250	R\$ 1,81	R\$ 85.522,50
PRINCIPAL	14	619856	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.800			900	2.700	R\$ 24,92	R\$ 67.284,00
PRINCIPAL	15	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO	CAIXA	18.750	7.500	7	2.100	28.357	R\$ 23,13	R\$ 655.897,41



		EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.									
PRINCIPAL	16	485315	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL - COM AS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM X 90 MM DE CORPO, SEMIFACIAL, DESCARTÁVEL, QUE CUBRA O NARIZ E A BOCA DO USUÁRIO COM AJUSTE FACIAL APROPRIADO, CONFECCIONADA EM TRÊS CAMADAS DE PROTEÇÃO, SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDO, PARA USO ODONTO - MÉDICO - HOSPITALAR COM GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M ² , ATÓXICO, HIPOALERGÊNICA, INODORO, COM TRATAMENTO REPELENTE AOS AGENTES LÍQUIDOS E UMA CAMADA DE ELEMENTO FILTRANTE - FUNÇÃO DE BARREIRA, COM CLIP NASAL EMBUTIDO QUE PERMITA AJUSTE ADEQUADO AO CONTORNO DO ROSTO, SUAVE E FLEXÍVEL, NÃO TRAUMATIZANTE, COM FIXAÇÃO NA CABEÇA DO USUÁRIO COM ALÇA OU ELÁSTICO (COMPRIMENTO MÍNIMO DE 100 MM) OU COM QUATRO TIRES (COMPRIMENTO MÍNIMO DE 800 MM) PARA AMARRAR, BORDAS BEM ACABADAS, ISENTAS DE COLA E QUE APRESENTEM EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM DE PARTÍCULAS (EFP) IGUAL OU SUPERIOR 98% E EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA (EFB) IGUAL OU SUPERIOR 95%. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, N° DE REGISTRO OU ISENÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	415.000	300.000	3	18.000	733.003	R\$ 0,13	R\$ 95.290,39
RESERVADA	17	481012	ÁLCOOL ETÍLICO A 70% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO DE 1L	2.500	2.300	65	112	4.977	R\$ 6,07	R\$ 30.210,39
RESERVADA	18	628474 (similar)	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 500 GRAMAS - APRESENTADO EM MANTAS UNIFORMES, HIDRÓFILO, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM BOA ABSORÇÃO, ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL. EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	PACOTE	500	1.000	25	50	1.575	R\$ 14,02	R\$ 22.081,50
RESERVADA	19	335478	AVENTAL DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO - CONFECCIONADO COM FALSO TECIDO, DECOTE COM VIÉS NO ACABAMENTO, UM PAR DE TIRES PARA AMARRAR NA CINTURA E OUTRO PARA AMARRAR NO PESCOÇO, MANGA LONGA GRAMATURA MÍNIMA 30, ACABAMENTO EM OVERLOCK. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	10.000	3.000		3.000	16.000	R\$ 1,80	R\$ 28.800,00
RESERVADA	20	623095	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25X28CM, PAC. COM 02 UND. - CONFECCIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPОСTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIOPACO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 02 UNIDADES.	PACOTE C/02 UNIDADES	6.250	6.250		1.500	14.000	R\$ 3,45	R\$ 48.300,00



RESERVADA	21	623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIODIPOCO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	5.684	8.527		852	15.063	R\$ 5,31	R\$ 79.984,53
RESERVADA	22	623085	COMPRESSA CIRÚRGICA ABERTA E PRÉ-ENCOLHIDA 25x28CM, PAC. COM 05 UND. - CONFECIONADA EM TECIDO ABSORVENTE 100% ALGODÃO COM 4 CAMADAS SOBREPOSTA DE COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS COM CANTOS ARREDONDADOS. PROVIDA DE FIO RADIODIPOCO E ALÇA DE APOIO, MEDINDO NO MÍNIMO 18CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE C/05 UNIDADES	4.316	6.473		648	11.437	R\$ 5,31	R\$ 60.730,47
RESERVADA	23	615986	COMPRESSA DE GASE 7,5 CM X 7,5 CM C/ 11 FIOS - COM TECIDO TIPO TELA DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE, TECIDO ALTAMENTE ABSORVENTE, MACIO E AGRADÁVEL, ISENTO DE IMPUREZAS, COM DOBRAS PARA DENTRO DA COMPRESSA, ESPECIALMENTE TRATADO PARA FINS CIRÚRGICOS E CURATIVOS, COM 11 FIOS POR CENTÍMETRO QUADRADO, COM DIMENSÃO DA COMPRESSA ABERTA EM 15 X 30 CM, DISPOSTA DE MANEIRA UNIFORME, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS, ISENTO DE ALVEJANTES ÓTICOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PACOTE C/ 500 UNIDADES	2.000			200	2.200	R\$ 14,88	R\$ 32.736,00
RESERVADA	24	484920	CURATIVO A BASE DE GEL - COMPOSTO CARBOXIMETILCELULÓSE SÓDICA, ALGINATO DE CÁLCIO E ÁGUA PURIFICADA. GEL TRANSPARENTE, AMORFO, COESO, BOA VISCOSIDADE E CONSISTÊNCIA. BISNAGA COM APROXIMADAMENTE 25G, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	BISNAGA	1.500	1.000			2.500	R\$ 11,73	R\$ 29.325,00
RESERVADA	25	603324	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 15CM X 15CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	125				125	R\$ 212,26	R\$ 26.532,50
RESERVADA	26	631753	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M - COM DORSO DE TECIDO DE ALGODÃO, IMPERMEABILIZANTE EM UMA DAS FACES E COM MASSA ADESIVA A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E BORRACHA NA OUTRA, NA COR BRANCA, UTILIZÁVEL EM TEMPERATURAS ENTRE 0 A 60 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO À PELE, ALTO TACK, EXCELENTE FLEXIBILIDADE, RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, APRESENTÁVEL EM CARRETEL PLÁSTICO COM CAPA PLÁSTICA DE PROTEÇÃO NA DIMENSÃO DE 10 CM X 4,5 M.	ROL	2.250	2.075		250	4.575	R\$ 8,11	R\$ 37.103,25
RESERVADA	27	415610	FILME PARA RAIO X (35 X 43) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANTE EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		36			36	R\$ 697,35	R\$ 25.104,60



RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA	RESERVADA
	28	432240	FILME RADIOLÓGICO 35X43CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 35 X 43 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		30			30	R\$ 802,28	R\$ 24.068,40
	29	620102	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	2.175	5.000		4.500	11.675	R\$ 1,79	R\$ 20.898,25
	30	620103	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 7.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	5.000	6.250		4.500	15.750	R\$ 1,81	R\$ 28.507,50
	31	619856	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE À TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	600			300	900	R\$ 24,92	R\$ 22.428,00
	32	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.250	900	1	252	3.403	R\$ 23,13	R\$ 78.711,39
	33	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.250	900	1	252	3.403	R\$ 23,13	R\$ 78.711,39
	34	619853	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMENTO DE 25 CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	1.750	700	1	196	2.647	R\$ 23,13	R\$ 61.225,11



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
35	358051	ABSORVENTE HIGIÉNICO HOSPITALAR PARA INCONTINÊNCIA - CONFECCIONADO COM MATERIAL ABSORVENTE, HIPOALERGÊNICO, COM COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, REVESTIDO EXTERNAMENTE POR PELÍCULA IMPERMEÁVEL, ESPESSURA COMPATÍVEL COM FLUXO ABUNDANTE. EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE		61000			61.000	R\$ 0,67	R\$ 40.870,00	
36	629305	ABAIXADOR DE LINGUA EM MADEIRA - ESPÁTULA DE MADEIRA DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENTIONAL, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, COM 14 CM DE COMPRIMENTO E 1,4 CM DE LARGURA, 0,2 CM DE ESPESSURA, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	PACOTE	800	200			1.000	R\$ 6,11	R\$ 6.110,00	
37	281657	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS + VIT. A + VIT. E + LECTINA DE SOJA 100 ML. PONTEIRA COM TAMPA. EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO VALIDADE.	FRASCO	7.000	4.000			11.000	R\$ 4,17	R\$ 45.870,00	
38	348040	ÁCIDO PERACÉTICO GALÃO COM 5.000ML - DESINFECTANTE QUÍMICO A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO COM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 0,2%, GALÃO DE 5.000ML, COM INIBIDOR DE CORROSÃO, ACOMPANHADO DE FITA TESTE INDICADORA PARA DETERMINAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DO ÁCIDO PERACÉTICO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINITÉRIO DA SAÚDE, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES.	GALÃO C/5L		100			100	R\$ 124,27	R\$ 12.427,00	
39	277319	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES. FRASCO COM 1000ML - EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO Nº LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO C/1L		450		200	650	R\$ 5,96	R\$ 3.874,00	
40	269943	ÁLCOOL A 70° EM GEL HIDRATADO + DISPENSADOR, EMBALAGEM COM APROX. 800 ML - PARA USO EM DISPENSADOR - REFIL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER EM SISTEMA DE COMODATO DISPENSADORES , 500 UNIDADES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E SOLICITAÇÃO DESTA SECRETARIA DE SAÚDE.	UNIDADE	2.000	1.000		100	3.100	R\$ 13,58	R\$ 42.098,00	
41	346632	ÁLCOOL A 96°GL - FRASCO DE 1.000 ML.EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO C/1L	528			200	728	R\$ 8,48	R\$ 6.173,44	



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
42	346533	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,3% - FRASCO DE 1.000ML EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		FRASCO C/1L	72				72	R\$ 14,04	R\$ 1.010,88
43	364580	ÁLCOOL IODADO 1% FRASCO 1.000 ML - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		FRASCO C/1L		60	60		120	R\$ 19,19	R\$ 2.302,80
44	628474	ALGODÃO HIDRÓFILO PACOTE COM 250 GRAMAS - APRESENTADO EM MANTAS UNIFORMES, HIDRÓFILO, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM BOA ABSORÇÃO, ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL. EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		PACOTE	3.000	500			3.500	R\$ 8,37	R\$ 29.295,00
45	628473	ALGODÃO ORTOPÉDICO 420G - CONFECCIONADO COM FIBRAS DE PURO ALGODÃO. COM CAMADAS CONTÍNUAS EM FORMA DE ROLO, PROVADO DE PAPEL EM TODA SUA EXTENSÃO, COR NATURAL DA FIBRA DO ALGODÃO COM RELATIVA IMPERMEABILIDADE, TAM. 1,75M DE COMPRIMENTO X 20M DE LARGURA, GRAMATURA APROXIMADAMENTE 420G. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO DE ISENÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		PACOTE		150			150	R\$ 13,02	R\$ 1.953,00
46	283964	APARELHO P/ TRICOTOMIA DESCARTÁVEL COM 02 LÂMINAS - ESTOJO DE BARBEAR EM PLÁSTICO TIPO DESCARTÁVEL COM DUAS LÂMINAS PARALELAS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E INDIVIDUAL.		UNIDADE		6.000			6.000	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00
47	628387 (similar)	ATADURA DE CREPOM - 10 CM X 4,5 M - CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE COM PROPRIEDADES ELÁSTICAS NO SENTIDO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL ENROLADA EM SI. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM TREZE FIOS POR CM ² .		UNIDADE	90.000	60.000		500	150.500	R\$ 0,45	R\$ 67.725,00
48	628389 (similar)	ATADURA DE CREPOM - 15 CM X 4,5 M - CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE COM PROPRIEDADES ELÁSTICAS NO SENTIDO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL ENROLADA EM SI. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM TREZE FIOS POR CM ² .		UNIDADE	50.000	25.000		500	75.500	R\$ 0,61	R\$ 46.055,00



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	UNIDADE	40.000	25.000	500	65.500	R\$ 1,00	R\$ 65.500,00	
	49	628390 (similar)	ATADURA DE CREPOM - 20 CM X 4,5 M - CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE COM PROPRIEDADES ELÁSTICAS NO SENTIDO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL ENROLADA EM SI. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM TREZE FIOS POR CM ² .	UNIDADE							
	50	628392 (similar)	ATADURA DE CREPOM - 30 CM X 4,5 CM - CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE COM PROPRIEDADES ELÁSTICAS NO SENTIDO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL ENROLADA EM SI. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM TREZE FIOS POR CM ² .	UNIDADE	120	240	200	560	R\$ 1,27	R\$ 711,20	
	51	628323 (similar)	ATADURA GESSADA ATÓXICA DE MEDIDAS APROXIMADAS DE 10 CM X 3 M - CONFECCIONADA EM GAZE ESTABILIZADA, LATERAL DE CORTE SINUOSO, IMPREGNADA COM GESSO COLOIDAL E SECAGEM ENTRE 4 E 6 MINUTOS, TEMPERATURA DA ÁGUA PARA SATURAÇÃO DE 20 A 25°C , ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO RÍGIDO DE FORMA CONTÍNUA E UNIFORME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE.	ROLO		1.440		1.440	R\$ 2,98	R\$ 4.291,20	
	52	628326 (similar)	ATADURA GESSADA ATÓXICA DE MEDIDAS APROXIMADAS DE 20 CM X 3 M - CONFECCIONADA EM GAZE ESTABILIZADA, LATERAL DE CORTE SINUOSO, IMPREGNADA COM GESSO COLOIDAL E SECAGEM ENTRE 4 E 6 MINUTOS, TEMPERATURA DA ÁGUA PARA SATURAÇÃO DE 20 A 25°C , ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO RÍGIDO DE FORMA CONTÍNUA E UNIFORME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE.	ROLO		1.000		1.000	R\$ 5,53	R\$ 5.530,00	
	53	604968	AVENTAL NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, MANGA LONGA, COM PUNHO, COM QUATRO TIRAS DE FECHAMENTO NAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA DE 50G/M ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA CONTRA BACTÉRIAS E VÍRUS, TAMANHO G, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	1.000	1.400	12.000	14.400	R\$ 2,18	R\$ 31.392,00	
	54	623109	CAIXA DE PERFUCORTANTE 13 LITROS - COLETOR PARA MATERIAL PERFUCORTANTE EM MATERIAL RESISTENTE A PERFORAÇÕES, IMPERMEÁVEL COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO EM FORMATO QUADRADO COM CAPACIDADE PARA 13 LITROS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANALÍTICO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA NBR 13853.	UNIDADE	2.200	4.000	1.000	300	7.500	R\$ 5,15	R\$ 38.625,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
55	623107	CAIXA DE PERFUROCORTANTE 3 LITROS - COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEÁVEL COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO EM FORMATO QUADRADO COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANALÍTICO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DA NBR 13853.		UNIDADE	5.000			50	5.050	R\$ 3,03	R\$ 15.301,50	
56	301510	CAL SODADA - HIDRATADO CA (OH)2 + HIDRÓXIDO DE SÓDIO NA(OH) + HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO K(OH). EM PELÍCULAS, FORMATO LENCULAR, COM GRAU DE UNIDADE DE 14 A 16%, ABSORÇÃO 22 L/100 GRAMAS, GRAU DE PUREZA COM RUPRTURA DE GRÃO ACIMA DE 700 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA RÍGIDA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. BOMBONA COM 4,5KG.		BOMBONA		8			8	R\$ 183,90	R\$ 1.471,20	
57	269876	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%, FRASCO 1000ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		FRASCO C/ 1L	2.000	2.200	30	200	4.430	R\$ 15,47	R\$ 68.532,10	
58	269878	CLOREXIDINA SOL. ALCÓOLICA 0,5% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		FRASCO C/ 1L		204		200	404	R\$ 15,50	R\$ 6.262,00	
59	295714	CLOREXIDINA SOL. AQUOSA 0,2% FRASCO 1000 ML - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		FRASCO C/ 1L		200			200	R\$ 10,67	R\$ 2.134,00	
60	456007	COLAR CERVICAL PEQUENO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ-AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.		UNIDADE		5			5	R\$ 16,35	R\$ 81,75	



EXCLUSIVA ME E EPP	61	456005	COLAR CERVICAL MÉDIO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ- AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		10		10	R\$ 16,69	R\$ 166,90
EXCLUSIVA ME E EPP	62	456008	COLAR CERVICAL GRANDE EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ- AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		10		10	R\$ 16,96	R\$ 169,60
EXCLUSIVA ME E EPP	63	455920	COLAR CERVICAL PEDIÁTRICO EM POLIETILENO - ESTRUTURA EXTERNA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE BORRACHA EXTRA LEVE DE E.V.A. BRANCA. FECHO AJUSTÁVEL EM VELCRO; ABERTURA FRONTAL QUE POSSIBILITE O ACESSO A TRAQUEIA E AOS PULSOS CAROTÍDEOS; ORIFÍCIO POSTERIOR PARA ESCOAMENTO DE FLUIDOS E AERAÇÃO; SUPORTE MENTONIANO ATÉ A REGIÃO PRÉ- AURICULAR; PINOS PARA MEDIAÇÃO DE TAMANHO DO COLAR; RADOTRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO POR CÓDIGO DE CORES VISÍVEL A DISTÂNCIA.	UNIDADE		5		5	R\$ 16,83	R\$ 84,15
EXCLUSIVA ME E EPP	64	441690	COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX - COM BORDAS DEMARCADAS, DESCARTÁVEL, COM ADESIVO HIPOALÉRGICO, EM SACO PLÁSTICO, COM GRADUAÇÃO A CADA 10 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PACIENTE, LEITO, ENFERMARIA, DATA E TIPO DE EXAME. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	1.500	3.000		4.500	R\$ 0,59	R\$ 2.655,00



EXCLUSIVA ME E EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
EXCLUSIVA ME E EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
EXCLUSIVA ME E EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	68	485087	COMPRESSA DE RAYON COM APROXIMADAMENTE 7,5 X 21 CM - EMBEBIDA DE ÓLEO POLINSATURADO, TEM COMO COMPONENTES: AGE'S, VITAMINA A E VITAMINA E, LECITINA DE SOJA, TRIGLICÉRIES E CADEIA MÉDIA. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	2.300	1.700		4.000	R\$ 6,90	R\$ 27.600,00	
	69	485094	COMPRESSA DE RAYON COM APROXIMADAMENTE 7,5 X 7,5 CM - EMBEBIDA DE ÓLEO POLINSATURADO, TEM COMO COMPONENTES: AGE'S, VITAMINA A E VITAMINA E, LECITINA DE SOJA, TRIGLICÉRIES E CADEIA MÉDIA. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	4.000	2.000		6.000	R\$ 5,46	R\$ 32.760,00	
	70	606121	CONECTOR VALVULADO PARA SISTEMA DE INFUSAO VENOSA FECHADO - COM SISTEMA ANTIRREFLUXO PARA ACESSO VENOSO E ARTERIAL, BARREIRA MECANICA, DUPLA SELAGEM, ACESSO UNIVERSAL, SEM ESPACO MORTO, ALTA TAXA DE FLUXO E RESISTENTE A PRESSAO ATE 325 PSI, TRANSPARENTE, LIVRE DE LATEX E DLHP, SEM AGULHA, SUPERFICIE LISA E PLANA.	UNIDADE	—	500		500	R\$ 5,26	R\$ 2.630,00	
	71	485862	CURATIVO A BASE DE GEL DO TIPO GEL INCOLOR, INODORO, COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA POLIHEXAMETILBIGUANIDA - PHMB, BETAINA, HIDROXETILCELULOSE, IMIDAZOLIDINIL UREIA, PROPILENOGLICOL, EDTA 100G. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	FRASCO	120			120	R\$ 46,57	R\$ 5.588,40	
	72	484840	CURATIVO DE ALGINATO DE CÁLCIO - COM OU SEM SÓDIO, EXTRAÍDO DE ALGAS MARINHAS, COM PARTÍCULAS ALTAMENTE ABSORVENTES, QUE PROPORCIONAM ABSORÇÃO DO EXSUDATO. IDEAL PARA FERIDAS COM ALTA EXSUDAÇÃO E FERIDAS CAVITÁRIAS. TAMANHO APROXIMADO DE 10CM X 10CM. EMBALAGEM UNITÁRIA ESTÉRL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE	2.500	2.000		4.500	R\$ 9,14	R\$ 41.130,00	
	73	484851	CURATIVO DE ALGINATO COM PRATA - COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CÁLCIO E PRATA. NÃO ADERENTE, ALTAMENTE ABSORVENTE. TAMANHO APROXIMADO DE 10CM X 10 CM. EMBALAGEM UNITÁRIA, ESTÉRL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE	1.000	800		1.800	R\$ 28,08	R\$ 50.544,00	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP				
		74	485057	CURATIVO DE AÇÃO ANTIMICROBIANA DE CARVÃO ATIVADO IMPREGNADO COM PRATA ESTERIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10CM X 10CM; APRESENTANDO BAIXA ADERENCIA AO TECIDO LESADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, INTEGRA E ESTERIL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE.	UNIDADE		400		400	R\$ 22,31	R\$ 8.924,00	
		75	603323	CURATIVO ESTÉRIL - PRIMÁRIO, ABSORVENTE NÃO ADERENTE E NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LÍPIDICO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA TAMANHO 10CM X 10CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL E APRESENTAÇÃO CONTENDO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	500			500	R\$ 144,54	R\$ 72.270,00	
		76	485087	CURATIVO NÃO ADERENTE, COMPOSTO DE MATERIAL UNIFORME, GASE DE CELULOSE IMPREGNADA COM PETROLATUM, COM TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 X 20 CM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		250		250	R\$ 9,10	R\$ 2.275,00	
		77	485086	CURATIVO NÃO ADERENTE, COMPOSTO DE MATERIAL UNIFORME, GASE DE CELULOSE IMPREGNADA COM PETROLATUM, COM TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 X 7,5CM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		240		240	R\$ 7,08	R\$ 1.699,20	
		78	390804	CURATIVO - SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO DE FERIDAS COMPOSTO DE 0,1% DE UNDECILAMINOPROPIL BETAINA, 0,1% DE POLIHEXANIDA E 99,8 % DE ÁGUA PURIFICADA, INDICADO PARA FERIDAS DE ESPESSURA PARCIAL A TOTAL, ÚLCERAS POR PRESSÃO DE ESTÁGIOS I A IV, ÚLCERAS ARTERIAIS, VENOSAS E MISTAS, ÚLCERAS PÓS CIRÚRGICAS, QUEIMADURAS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, ÁREAS DE DOAÇÃO DE ENXERTO, ÚLCERAS INFECTADAS OU NÃO. INDICADO PARA USO CONTÍNUO E REPETIDO, EMBALAGEM TRANSPARENTE, EM SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL E LIVRE DE ENDOTOXINAS. APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE APROXIMADAMENTE 350 A 500ML, EMBALAGEM COM VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A APRESENTAÇÃO SERÁ AVALIADA CONSIDERANDO O VALOR POR MILILITRO.	FRASCO	100	100		200	R\$ 60,69	R\$ 12.138,00	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
79	477877	CURATIVO PARA TERAPIA CONTENSIVA, IMPREGNADO COM PASTA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO, GOMA ACÁCIA, GLICEROL, ÓLEO DE RÍCINO E ÁGUA DEIONIZADA. INDICADO PARA O TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS E EDEMA LINFÁTICO DOS MEMBROS INFERIORES, COM TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 10CM X 9,10M. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	1.000				1.000	R\$ 24,39	R\$ 24.390,00	
80	477876	CURATIVO PARA TERAPIA CONTENSIVA, IMPREGNADO COM PASTA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO, GOMA ACÁCIA, GLICEROL, ÓLEO DE RÍCINO E ÁGUA DEIONIZADA. INDICADO PARA O TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS E EDEMA LINFÁTICO DOS MEMBROS INFERIORES, COM TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 7,5CM X 9,10M. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	1.000				1.000	R\$ 22,32	R\$ 22.320,00	
81	328078	DETERGENTE MULTI ENZIMÁTICO COM PH NEUTRO E 04 ENZIMAS - AMILASE, PROPIASE, LIPASE E CARBOIDRASE, COM TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS E ÁLCOOL ISOPROPÍLICO. GALÃO 1.000 ML, EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	GALÃO	360			100	460	R\$ 21,16	R\$ 9.733,60	
82	485174	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA GRANDE - EM LATEX NATURAL, FLEXÍVEL, ELÁSTICO, ANATÔMICO, HIPOALERGÊNICO, RESISTENTE À URINA E AO CALOR. ADERENTE, COM SONDA ACOPLADA, EXTREMIDADE DISTAL COM REFORÇO NO FUNIL PARA CONEXÃO ADEQUADA AO COLETOR DE URINA, COM FITA ADESIVA PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL.	UNIDADE	2.000	1.500			3.500	R\$ 2,38	R\$ 8.330,00	
83	479646	DISPOSITIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES ESTEREIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	UNIDADE	8.000	8.000			16.000	R\$ 0,55	R\$ 8.800,00	
84	286037	ESCOVA CERVICAL PARA COLPOCITOLOGIA. - C/ CERDAS MACIAS, MEDINDO 20 CM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	28.000				28.000	R\$ 0,58	R\$ 16.240,00	

EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
85	620163	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO COM CLOREXIDINA 2% - COM FACE, COM CERDAS MACIAS E FACE COM ESPUMA - COM CLOREXIDINA 2% 10ML. EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE		13.000			13.000	R\$ 2,26	R\$ 29.380,00
86	620164	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO EMBEBIDA EM 10ML DE PVPI 10% (IODOPovidona 10% COM 1% IODO ATIVO), COM CERDAS MACIAS E FACE COM ESPUMA - EMBALAGEM COM TODOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DEFABRICAÇÃO TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE		13.000			13.000	R\$ 2,32	R\$ 30.160,00
87	437882	ESPARADRAPO MICROPOROSO 50 MM X 10 M - CARRETEL COM CAPA DE PROTEÇÃO NA COR BRANCA CONFECCIONADO EM TECIDO APROPRIADO E FIO DE ALGODÃO, MASSA ADESIVA COM BOA ADERÊNCIA ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ALERGENAS, ENROLADO EM CARRETEL EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.		ROLO	6.000	6.000			12.000	R\$ 4,12	R\$ 49.440,00
88	453693	ESPÁTULA DE AYRES - DE MADEIRA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.		PACOTE	800				800	R\$ 10,54	R\$ 8.432,00
89	479750	ESPÉCULO PARA VIRGEM - DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE	100				100	R\$ 3,64	R\$ 364,00
90	479749	ESPÉCULO DESCARTÁVEL PEQUENO - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE	16.000				16.000	R\$ 1,51	R\$ 24.160,00
91	479748	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MÉDIO - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERELIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.		UNIDADE	20.000				20.000	R\$ 1,35	R\$ 27.000,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	92	479747	ESPÉCULO DESCARTÁVEL GRANDE - EMBALADO INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRÁU CIRÚRGICO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	6.000			6.000	R\$ 2,06	R\$ 12.360,00	
	93	415577	FILME PARA RAIO X (30 X 40) - BASE VERDE, CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER O CHASSI 05 (CINCO) E ECRAN 05 (CINCO) EM REGIME DE COMODATO.	CAIXA		108		108	R\$ 599,91	R\$ 64.790,28	
	94	301379	FILME PARA ULTRASOM UP 110 MM X 20M - BRILHANTE, COM EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNIDADE		120		120	R\$ 52,38	R\$ 6.285,60	
	95	415182	FILME RADIOLÓGICO 20 X25CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 20 X 25 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		60		60	R\$ 386,82	R\$ 23.209,20	
	96	415183	FILME RADIOLÓGICO 25X30CM: FILME PARA PROCESSAMENTO A SECO PARA RAIOS-X, IMPRESSORA DRY 25 X 30 CM. EMBALAGEM FECHADA, COM RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.(TOMOGRAFO)	CAIXA		70		70	R\$ 478,05	R\$ 33.463,50	
	97	483408	FILME TRANSPARENTE PARA FIXAÇÃO DE PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA 10 CM X 10 M	UNIDADE		10		10	R\$ 2,12	R\$ 21,20	
	98	479614	FILTRO UMIDIFICADOR PASSIVOS - FILTRO ELETROSTÁTICO BACTERIANO E VIRAL BIDIRECIONAL PERMUTADOR DE CALOR E UMIDADE PASSIVO (FILTRO/HME) PARA CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS DISPOSITIVOS DOTADO DE LIGAÇÃO LUER E PORTA TAMPA PARA MONITORIZAÇÃO DO CO2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INDICADO PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIATRICOS COM VOLUME CORRENTE 150 - 1200ML, ESPAÇO MORTO DE 51ML E PESO DE 28 G. DEVERÁ ACOMPANHAR CATETER MOUNT (TRAQUEINHA) EXTENSIVEL EM UMA ÚNICA EMBALAGEM ESTÉRIL.	UNIDADE		600		600	R\$ 9,34	R\$ 5.604,00	



EXCLUSIVA ME E EPP	UNIDADE		1.200	1.200	1.200	R\$ 1,95	R\$ 2.340,00				
99	600145						1.200				
100	600144						192		192	R\$ 1,96	R\$ 376,32
101	600143						216		216	R\$ 2,00	R\$ 432,00
102	486976						648		3.048	R\$ 4,45	R\$ 13.563,60
103	486972						240		240	R\$ 4,57	R\$ 1.096,80
104	486964						4.272		6.672	R\$ 4,79	R\$ 31.958,88
105	486951						192		2.592	R\$ 4,82	R\$ 12.493,44





EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
121	487001	FIO CATGUT CROMADO Nº 3-0, COM AGULHA 4,0 CM - COM FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL DE CATGUT CROMADO COM AGULHA CILÍNDRICA DE ½ CÍRCULO, FIO COM 70 CM DE COMPRIMENTO. APRESENTANDO LOTE E DATA DE VALIDADE POR UNIDADE.	UNIDADE		120			120	R\$ 5,11	R\$ 613,20		
122	487388	FIO DE NYLON 2-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM FIO DE 45 CM, CIRCULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		2.616		34.650	37.266	R\$ 1,64	R\$ 61.116,24		
123	487452	FIO DE NYLON 2-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 3,0 CM FIO DE 45 CM, CIRCULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		456		9.600	10.056	R\$ 1,64	R\$ 16.491,84		
124	487444	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		6.288		9.600	15.888	R\$ 1,70	R\$ 27.009,60		
125	487445	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 3,0 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		1.560		9.600	11.160	R\$ 1,65	R\$ 18.414,00		
126	487428	FIO DE NYLON 4-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,5 CM, FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		2.256			2.256	R\$ 1,72	R\$ 3.880,32		
127	487380	FIO DE NYLON 5-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,0 CM FIO DE 45 CM, CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE		840			840	R\$ 1,72	R\$ 1.444,80		



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	UNIDADE	456	456	456	R\$ 1,89	R\$ 861,84
128	487408	FIO DE NYLON 6-0 - FIO DE SUTURA INABSORVÍVEL COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CORTANTE DE 2,0 CM, FIO DE 45 CM - CUTICULAR, ENVELOPES CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE.			456				
129	487506	FIO DE POLIPROPILENO 4-0, COM AGULHA 2,5 CM - CILINDRICA 1/2 CIRCULAR. FIO COM 75CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.			312		312	R\$ 3,97	R\$ 1.238,64
130	487521	FIO DE POLIPROPILENO 3-0, COM AGULHA 3,0 CM - CILINDRICA 1/2 CIRCULAR. FIO COM 75CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.			192		192	R\$ 4,00	R\$ 768,00
131	487532	FIO DE POLIPROPILENO 0 COM AGULHA 2,5 CM CILINDRICA 1/2 CIRCULAR, COM 75 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM PAPEL FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA. Nº DE LOTE, MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.			192		192	R\$ 4,17	R\$ 800,64
132	602410	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO 4-0, 70 CM, COM AGULHA 2 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍDRICA, ESTÉRIL. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.			288		288	R\$ 4,40	R\$ 1.267,20
133	486977	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES 0, 70 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CILÍDRICA, 4 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM EM FILME TERMOPLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA LOTE DE VALIDADE POR UNIDADE, CAIXA COM 24 UNIDADES REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE.			120		2.400	2.520	R\$ 4,96 R\$ 12.499,20
134	631804	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA TAMANHO 25 MM X 50 M. - COM DORSO DE PAPEL CREPADO, RECOBERTO COM ADESIVO NA FACE INTERNA RESISTENTE A ESTERILIZAÇÃO PELO CALOR ÚMIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE	ROLO		1.650		250	1.900	R\$ 4,01 R\$ 7.619,00

EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
135	626170	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M. - FITA ADESIVA COM DORSO DE PAPEL CREPADO TRATADO, COM IMPRESSÃO DE UM SINALIZADOR VISUAL DE PASSAGEM PELO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE E COM UM ADESIVO ESPECIAL PARA TER BOM DESEMPENHO EM ALTA TEMPERATURA, SENDO ESTA ENTRE 0 E 180 GRAUS CENTÍGRADOS, COM FORTE ADESÃO, ALTO TACK E RESISTENTE, APRESENTÁVEL EM ROLO INDIVIDUAL EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO.		ROLO	1.500	1.000	200	2.700	R\$ 5,29	R\$ 14.283,00	
136	405631	FIXADOR PARA RAIOS X - GALÃO 38 LITROS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		GALÃO		90		90	R\$ 192,53	R\$ 17.327,70	
137	345486	FORMOL 10% SOLUÇÃO AQUOSA 1.000 ML. - DE FORMALDEÍDO E METANOL NA CONCENTRAÇÃO DE 10%. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.		FRASCO		336	5	341	R\$ 12,40	R\$ 4.228,40	
138	616001	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - PEQUENA - UNISSEX, FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E CORBETURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS.		UNIDADE		28.000		28.000	R\$ 0,56	R\$ 15.680,00	
139	475840	GEL P/ ULTRASSONOGRAFIA BISNAGA C/ 100 GRAMAS - COM BOA CONSISTÊNCIA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		BISNAGA	1.000	700	100	1.800	R\$ 3,06	R\$ 5.508,00	
140	452985	GUIA DE INTUBAÇÃO INFANTIL - EM AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL COM BOTÃO DE REGULAGEM, TAMANHO INFANTIL, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		UNIDADE		40		40	R\$ 41,49	R\$ 1.659,60	
141	452984	GUIA DE INTUBAÇÃO ADULTO - EM AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL COM BOTÃO DE REGULAGEM, TAMANHO ADULTO, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		UNIDADE		12		12	R\$ 44,38	R\$ 532,56	



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
142	481317	HASTE FLEXÍVEL PONTA DE ALGODÃO CAIXA C75 UNIDADES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		UNIDADE		120			120	R\$ 2,81	R\$ 337,20
143	431231	HEMOSTÁTICO TAMANHO 5,1 X 7,6 CM - ABSORVÍVEL COMPOSTA CELULOSE OXIDADA, REGENERADA E ESTÉRIL EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA COM ABERTURA EM PÉTALA, VALIDADE, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO.		UNIDADE		80			80	R\$ 88,06	R\$ 7.044,80
144	417242	HEMOSTÁTICO TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 7CM X 5CM X 1CM - COMPOSTA DE ESPONJA DE GELATINA ABSORVÍVEL, REGENERADA E ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA COM ABERTURA EM PÉTALA, VALIDADE, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO.		UNIDADE		160			160	R\$ 39,16	R\$ 6.265,60
145	442461	HISTERÔMETRO ESTÉRIL DESCARTÁVEL - EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.		UNIDADE	200	150			350	R\$ 4,95	R\$ 1.732,50
146	339628	INDICADOR BIOLÓGICO P/ USO EM AUTOCLAVE - PARA MONITORAÇÃO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM TEMPO DE RESPOSTA DE NO MÁXIMO 3 HORAS. TUBOS PLÁSTICOS TERMOPLÁSTICOS, FLEXÍVEL, CONTENDO ESPOROS BACTERIANOS DE BACILLUS STEAOTHERMOPHILUS. OBS - A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER A INCUBADORA EM SISTEMA DE COMODATO NO QUANTITATIVO DE 2 (DUAS) UNIDADES E OFERECER TREINAMENTO PARA OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO.		UNIDADE		1.250			1.250	R\$ 23,52	R\$ 29.400,00
147	332345	INDICADOR QUÍMICO P/ ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (CLASSE IV) - PARA CONTROLE QUÍMICO DOS PROCESSO DE ESTERELIZAÇÃO A VAPOR SATURADO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL DE APROXIMADAMENTE 15MM DE LARGURA POR 20CM DE COMPRIMENTO, PICOTADA AO MEIO, COBERTA POR UMA SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COR, QUANDO EXPOSTA AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TEMPO E TEMPERATURA NECESSÁRIAS AO PROCESSO, COM GABARITO QUE INDICA A VIRAGEM ESPERADA PARA O INDICADOR QUÍMICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, N° DO LOTE, E PRAZO DE VALIDADE.		UNIDADE		14.000			14.000	R\$ 0,28	R\$ 3.920,00



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
148	376428	INTEGRADOR QUÍMICO -(CLASSE V) - PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM TEMPERATURAS ENTRE 115 A 140°C. USO ÚNICO PERMEÁVEL AO VAPOR, COM JANELA DE VISUALIZAÇÃO GRADUADA QUE PERMITA A LEITURA PROGRESSIVA DA REAÇÃO PRODUZIDA PARA CICLO, DE ESTERILIZAÇÃO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE		10.000		1.000		11.000	R\$ 0,39	R\$ 4.290,00
149	452013	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - Tamanho 0,90 M x 0,90 M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUÍDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000		1.000		3.000	R\$ 1,97	R\$ 5.910,00
150	452010	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - Tamanho 1,00M x 1,00M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUÍDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000		3.000		5.000	R\$ 2,19	R\$ 10.950,00
151	452007	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 40 - Tamanho FL. 1,50M x 1,50M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUÍDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		1.000		2.000		3.000	R\$ 4,64	R\$ 13.920,00
152	452009	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAMATURA 50 - Tamanho 1,00M x 1,00M - EMBALAGEM TIPO INVÓLUCRO DUPLO PARA ESTERELIZAÇÃO, CONFECIONADO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO, ANTI-ESTÁTICO, ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUÍDOS E MICROORGANISMOS.	FOLHA		2.000		3.000		5.000	R\$ 3,06	R\$ 15.300,00
153	445300	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 - EM ACO CARBONO, ISENTE DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		25				25	R\$ 24,15	R\$ 603,75



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP						
		154	361076	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 - EM AÇO CARBONO, ISENTE DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		22		22	R\$ 24,42	R\$ 537,24		
		155	273178	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 - EM AÇO CARBONO, ISENTE DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		62		62	R\$ 24,44	R\$ 1.515,28		
		156	299240	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 - EM AÇO CARBONO, ISENTE DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, COM PROTEÇÃO NA LÂMINA, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM ALUMÍNIO HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		370		1.200	1.570	R\$ 22,88	R\$ 35.921,60	
		157	409706	LÂMINA DE VIDRO COM EXTREMIDADE FOSCA - CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	CAIXA	1.000		100	1.100		R\$ 7,21	R\$ 7.931,00	
		158	481790	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL - DE PAPEL, MACIO 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS, MEDINDO 0,50 CM X 50 M. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROL	6.000	4.000		900	10.900		R\$ 6,58	R\$ 71.722,00
		159	620075	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 6.5 EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	6.000	2.400		12.000	20.400		R\$ 1,79	R\$ 36.516,00
		160	620084	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 8.0 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	4.000	8.600		12.000	24.600		R\$ 1,81	R\$ 44.526,00



EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP	EXCLUSIVA MIE E EPP			
	161	620085	LUVA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL EM LÁTEX Nº 8.5 - EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA COBALTO 60, FORMATO ANATÔMICO E ELEVADA SENSIBILIDADE, PUNHO LONGO COM BAINHA.	PAR	600	1.000		1.600	R\$ 1,82	R\$ 2.912,00	
	162	619855	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.175	1.880	15	338	3.408	R\$ 23,23	R\$ 79.167,84
	163	619827	LUVA PARA PROCEDIMENTO ANTIALÉRGICA TAMANHO P - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM VINIL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		100		1.200	1.300	R\$ 23,84	R\$ 30.992,00
	164	619858	LUVA PARA PROCEDIMENTO ANTIALÉRGICA TAMANHO M - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM VINIL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA		100		2.800	2.900	R\$ 23,91	R\$ 69.339,00
	165	397779	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO G.	UNIDADE		1.000			1.000	R\$ 12,85	R\$ 12.850,00
	166	402138	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO XG.	UNIDADE		1.000			1.000	R\$ 12,85	R\$ 12.850,00



EXCLUSIVA ME E EPP	167	486357	MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECIONADO EM TECIDO LAMINADO, NÃO ESTÉRIL, COM CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL, MANGA LONGA, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZOLOS E NA ALTURA DAS COSTAS, GRAMATURA MÍNIMA 50g/m ² , TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFERINDO BARREIRA DE PROTEÇÃO BIOLÓGICA. TAMANHO XXG.	UNIDADE		1.000		1.000	R\$ 12,97	R\$ 12.970,00
EXCLUSIVA ME E EPP	168	454575	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA TAMANHO INFANTIL, CONFECIONADA EM VINIL MACIO OU SILICONE, TRANSPARENTE, COM PRESILHA AJUSTÁVEL A FACE DO PACIENTE, VÁLVULA DE CONTROLE DE BAIXA RESISTÊNCIA, PREVINE A REINALAÇÃO DE GASES E DUAS MEMBRANAS NA MÁSCARA PERMITEM A ELIMINAÇÃO DO GÁS EXALADO. SISTEMA COMPLETO, COM BOLSA RESERVATÓRIA E TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO COM NO MÍNIMO 2 METROS. PERMITE TERAPIA COM ATÉ 100% DE O ₂ .	UNIDADE		50		50	R\$ 8,42	R\$ 421,00
EXCLUSIVA ME E EPP	169	454574	MÁSCARA DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA TAMANHO ADULTO, CONFECIONADA EM VINIL MACIO OU SILICONE, TRANSPARENTE, COM PRESILHA AJUSTÁVEL A FACE DO PACIENTE, VÁLVULA DE CONTROLE DE BAIXA RESISTÊNCIA, PREVINE A REINALAÇÃO DE GASES E DUAS MEMBRANAS NA MÁSCARA PERMITEM A ELIMINAÇÃO DO GÁS EXALADO. SISTEMA COMPLETO, COM BOLSA RESERVATÓRIA E TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO COM NO MÍNIMO 2 METROS. PERMITE TERAPIA COM ATÉ 100% DE O ₂ .	UNIDADE		230		230	R\$ 7,92	R\$ 1.821,60
EXCLUSIVA ME E EPP	170	454555	MÁSCARA DE VENTURI INFANTIL - MÁSCARA FACIAL PARA OXIGENOTERAPIA COM SISTEMA DIVENTURI. CONJUNTO CONTENDO: MÁSCARA FACIAL ALONGADA, CONFECIONADA EM VINIL MACIO E TRANSPARENTE COM FORMATO ANATÔMICO SOB O QUEIXO, ASSEGURANDO CONFORTO E VISUALIZAÇÃO DA FACE DO PACIENTE E ANEL METÁLICO QUE PERMITE MELHOR AJUSTE A FACE DO PACIENTE. DILUIDORES CODIFICADOS EM 6 (SEIS) CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES, DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40% E 50%. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÊNIO COM 2,10CM DE COMPRIMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL.	KIT		20		20	R\$ 9,79	R\$ 195,80
EXCLUSIVA ME E EPP	171	454554	MÁSCARA DE VENTURI ADULTO - MÁSCARA FACIAL PARA OXIGENOTERAPIA COM SISTEMA DIVENTURI. CONJUNTO CONTENDO: MÁSCARA FACIAL ALONGADA, CONFECIONADA EM VINIL MACIO E TRANSPARENTE COM FORMATO ANATÔMICO SOB O QUEIXO, ASSEGURANDO CONFORTO E VISUALIZAÇÃO DA FACE DO PACIENTE E ANEL METÁLICO QUE PERMITE MELHOR AJUSTE A FACE DO PACIENTE. DILUIDORES CODIFICADOS EM 6 (SEIS) CORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES, DE 24%, 28%, 31%, 35%, 40% E 50%. INCLUI ADAPTADOR ACRÍLICO PARA CONEXÃO DOS DILUIDORES, E TUBO DE OXIGÊNIO COM 2,10CM DE COMPRIMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL.	KIT		20		20	R\$ 9,72	R\$ 194,40



EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP	EXCLUSIVAMENTE EPP
172	435417	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETA INFANTIL - ATÓXICO DESMONTÁVEL, INQUEBRÁVEL, DE FÁCIL ESTERILIZAÇÃO, COMPOSTA DE MÁSCARA, CABEÇOTE INJETOR, RECIPIENTE, EXTENSÃO.		UNIDADE	50				50	R\$ 7,21	R\$ 360,50
173	435418	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETA ADULTO. - ATÓXICO DESMONTÁVEL, INQUEBRÁVEL, DE FÁCIL ESTERILIZAÇÃO, COMPOSTA DE MÁSCARA, CABEÇOTE INJETOR, RECIPIENTE, EXTENSÃO.		UNIDADE	50				50	R\$ 7,90	R\$ 395,00
174	628520	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (6CM X 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 6CM X 15M, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E VALIDADE.		ROLO		80			80	R\$ 8,06	R\$ 644,80
175	628521	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (8CM X 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 8CM X 15M, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.		ROLO		125			125	R\$ 8,34	R\$ 1.042,50
176	628522	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA (10CM x 15M) - EM FIOS DE ALGODÃO BINADOS, COM ELASTICIDADE COM BOA ELASTICIDADE, SEM DEFEITOS, NA DIMENSÃO DE 10CM X 15M, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E VALIDADE.		ROLO		360			360	R\$ 10,06	R\$ 3.621,60
177	342674	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL - FORMATO ANATÔMICO, COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO EM ÂNGULO DE 120 GRAUS, ANTIEMBAÇANTE, LAVÁVEL, CONFECCIONADO EM MATERIAL QUE POSSIBILITE SUA DESINFECÇÃO, LENTES TRANSPARENTES INCOLOR		UNIDADE	150	150		20	320	R\$ 4,86	R\$ 1.555,20
178	3844202	ORTOFTALALDEIDO A 0,55% - SOLUÇÃO DESINFECTANTE DE PRONTO USO COM ESTABILIDADE MÍNIMA DE 14 DIAS E MÁXIMA DE 40 DIAS. APRESENTAÇÃO EM GALÃO APROXIMADAMENTE ENTRE 3,78 L Á 5L, ACOMPANHADO DE FITA TESTE INDICADORA PARA DETERMINAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO. A EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE		GALÃO		70			70	R\$ 378,64	R\$ 26.504,80



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
179	442440	PAPEL CREPAD 100% CELULOSE TAMANHO 50 X 50CM - DE ACORDO COM A NBR 14.990.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	FOLHA	29.000	90.000			119.000	R\$ 0,62	R\$ 73.780,00		
180	442658	PAPEL CREPAD 100% CELULOSE TAMANHO 75 X 75CM - DE ACORDO COMA NBR 14.990.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	FOLHA	10.000	12.500			22.500	R\$ 1,51	R\$ 33.975,00		
181	446694	PAPEL CREPAD 100% CELULOSE TAMANHO 90 X 90CM - DE ACORDO COM NBR 14.990EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	FOLHA	10.000	15.700			25.700	R\$ 2,35	R\$ 60.395,00		
182	454804	PAPEL PARA CARDIOTOCOGRAFO - PAPEL TERMOSENSÍVEL MODELO G6A DIMENSÃO: 112MM X 100MM, BLOCO COM 150 FOLHAS. COMPATÍVEL COM APARELHO CARDIOTOCOGRAFO DA MARCA GENERAL MEDITECH. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	BLOCO COM 150 FOLHAS		80			80	R\$ 32,67	R\$ 2.613,60		
183	438057	PAPEL PARA E. C. G. 48MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO		10			10	R\$ 9,09	R\$ 90,90		
184	438057	PAPEL PARA E. C. G. 50MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO		10			10	R\$ 9,73	R\$ 97,30		
185	438058	PAPEL PARA E. C. G. 58MM X 30M - PAPEL TERMOREAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	ROLO		10			10	R\$ 10,01	R\$ 100,10		



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP			
	186	438059	PAPEL PARA ECG 80MM X 30M - PAPEL TÉRMO REAGENTE, ISENTO DE PARAFINA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	ROLO		470		470	R\$ 8,54	R\$ 4.013,80	
	187	438061	PAPEL PARA ELETROCARDIÓGRAFO (ECG) 216MMX 30M - PARA BOMBINA PARA ELETROCARDIÓGRAFO (ECG) 216MM X 30M TERMO SENSÍVEL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	BOBINA		180		180	R\$ 22,98	R\$ 4.136,40	
	188	443439	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 5CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93 OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 02 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DATA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO PROCEDIMENTO	BOBINA		12		12	R\$ 28,07	R\$ 336,84	
	189	442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 10CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93. OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 04 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DTA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	BOBINA		12		40	52	R\$ 46,18	R\$ 2.401,36
	190	443438	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 15CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93. OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 04 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DTA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO.	BOBINA		12		40	52	R\$ 70,77	R\$ 3.680,04



EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP	EXCLUSIVA ME E EPP
191	442386	PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME TAMANHO 30CM X 100M - BOBINA COM 100 METROS. DE ACORDO COM A NBR 12946/93 OBS: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER SELADORA EM REGIME DE COMODATO, NO QUANTITATIVO DE 04 UNIDADES. DESCRIÇÃO DA SELADORA: COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PARA FECHAMENTO DE EMBALAGENS (PAPEL GRAU CIRÚRGICO LARG. 350MM (35CM). DESCRIÇÃO DO SUPORTE CORTADOR DE BOBINA 600MM (60CM): COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS BOBINAS ATRAVÉS DE ROLETES COM DIMENSÕES DE 560MM X 240MM X 90MM. OBS: DEVERÁ CONSTAR EM TODA SUA EXTENSÃO DADOS PARA REGISTRO DA DTA DA ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO PROCEDIMENTO	BOBINA	12			12	R\$ 136,87	R\$ 1.642,44		
192	486519	PAPEL TERMO SENSÍVEL TAMANHO 57MM X 49MM 30 COMPATÍVEL COM O APARELHO DE MARCA POTEC-AUTO REF. KERATOMETER PRK 5.000	ROL		12			12	R\$ 10,08	R\$ 120,96	
193	436810	PERFURADOR DE MEMBRANA AMINÍOTICA - DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE.	UNIDADE		1.000			1.000	R\$ 1,17	R\$ 1.170,00	
194	467874	PINÇA DE CHERON DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	4.000				4.000	R\$ 2,04	R\$ 8.160,00	
195	479671	PROTETOR OCULAR PARA BEBÊS EM FOTOTERAPIA OU EM INCUBADORA TAMANHO "M", CONFECCIONADO EM TECIDO QUE NÃO SOLTA RESÍDUOS, BLACKOUT INTEGRADO, SEM COSTURAS, COM FAIXA AJUSTÁVEL.	UNIDADE		900			900	R\$ 12,17	R\$ 10.953,00	
196	398705	P.V.P.I. DEGERMANTE 10%, FRASCO DE 1000ML - SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE TENSOATIVOS, EMOLIENTES, AGENTES TAMPONANTES A 10% DE POLIVINIL-PIRROLIDONA-IODO, CONTENDO 1% DE IODO ATIVO, INDICADO PARA LIMPEZA E ASSEPSIA DA PELE DO PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO, MÃOS E BRAÇOS DA EQUIPE CIRÚRGICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ÂMBAR, ESPECIFICANDO DATA DE VALIDADE LOTE E PROCEDÊNCIA.	FRASCO		228		600	828	R\$ 36,14	R\$ 29.923,92	





PRINCIPAL	209	619835	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G - NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁCTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENTE Á TRAÇÃO; COMPRIMENTO DE 25CM, LUBRIFICADO COM MATERIAL ATÓXICO. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	3.825	6.120	51	1.102	11.098	R\$ 23,23	R\$ 257.806,54
TOTAL GERAL										R\$	R\$ 6.039.553,36

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministerio Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Painel de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)

3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 7º)

4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

5 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços e painel de preços optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.

Caruaru, 26 de novembro de 2025.

Antônio Gonçalves da Silva Neto

Secretaria Executiva de Planejamento, Administração, Finanças e Assistência Farmacêutica

David Dos Santos Oliveira

Secretaria Executiva de Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Laryssa Karol Ferreira dos Santos

Gerência Geral da Atenção Especializada

Luciana Ferreira da Paz

Gerência de Análise de Processos

Leticia Marianne Rodrigues Silva

Gerência Geral de Gestão

Renato De Azevedo Lyra

Secretário de Sustentabilidade e Bem-estar Animal



ANEXO II (EDITAL)

CADASTRO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____ / _____	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	
CIDADE/ UF:	CEP:
TELEFONE: ()	FAX: ()
E-MAIL:	
BANCO/CÓDIGO:	AGÊNCIA/CÓDIGO:
CONTA CORRENTE:	
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS /CONTRATO:	
RG:	CPF:
CARGO NA EMPRESA:	
CONTATO E INFORMAÇÃO SOBRE A COTAÇÃO E/OU REPRESENTANTE NESTA PRAÇA:	
TELEFONE: ()	

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa



ANEXO III (EDITAL)

MINUTA DA ARP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ____ / ____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____ / ____
REGISTRO DE PREÇO Nº. ____ / ____
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____ / ____

O MUNICÍPIO DE CARUARU PE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.***.***-29 e RG nº. 9***.705-SDS/PE; e Secretário da **Secretaria de Sustentabilidade e Bem estar Animal – SSB**, **Sr. Renato de Azevedo Lira**, brasileiro, residente e domiciliada em Caruaru-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.XXX.XXX-28 e RG nº X.XXX.XXX-SDS/PE; doravante denominados simplesmente **ÓRGÃOS GERENCIADORES**, em face da classificação das propostas de preços no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____ / ____

– RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ofertados pela empresa _____, pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ nº. _____, aqui representada por seu representante legal _____ (qualificação), doravante denominado simplesmente de **Fornecedor Registrado**;

A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU** como órgão gerenciador, com a(s) empresa(s) que tiver(em) preço registrado(s), na forma prevista no Edital. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, deu-se por encerrado os trabalhos lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Secretário de Saúde do Município de Caruaru, bem como pelo(s) representante(s) da(s) empresa(s) com preços registrados, devendo a mesma, ser publicada no D.O.M. para que opere seus jurídicos e legais efeitos. A administração não se obriga a adquirir o produto registrado, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora e planilha de preços farão parte da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

DO OBJETO

O objeto da presente **ATA REGISTRO DE PREÇOS** consiste na *Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB)*, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, preços constantes da relação em Anexo a este instrumento e a proposta comercial.

DA VINCULAÇÃO

O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços supramencionado, que se regerá pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024.



DO PRAZO, DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Do Prazo de Entrega

3.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento - atendendo ao disposto na RESOLUÇÃO TCE/PE Nº 271, DE 22 DE JANEIRO DE 2025 - e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Autorização de Fornecimento correspondente;

3.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Local/Horário de Entrega

3.2.1. Os itens deverão ser entregues nos locais a seguir especificados ou nos locais especificados na Autorização de Fornecimento, em caso de mudança de endereço dos órgãos/entidades nos limites da Zona Urbana de Caruaru, conforme demanda do órgão/entidade participante:

CAF/SMS - Endereço para entrega: Os materiais médico hospitalares da Central de abastecimento Farmacêutico da SMS deverão ser entregues na *Central de Abastecimento Farmacêutico* da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Vera Cruz, 654 Bairro São Francisco, no horário 08:00 às 16:00 horas de segunda à sexta-feira, no mesmo local onde funciona a Secretaria de Saúde de Caruaru, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones (81) 3101-0212 ou (81) 3101-0209 ou pelo endereço eletrônico caf@saudecaruaru.pe.gov.br.

SSB - AME ANIMAL- Endereço para entrega: AME ANIMAL. Avenida Rádio Cultura, 1000. Indianópolis. Caruaru - PE CEP 55026-690, de segunda à sexta-feira de 7h00 às 13h00.

GGVS/SMS- Endereço para entrega: Almoxarifado Central Da SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

SAÚDE BUCAL - SMS: Os Itens deverão ser entregues no: Almoxarifado Central Da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

3.3. Das Condições de Entrega

3.3.1. Na entrega dos itens serão obedecidas as determinações a seguir:

3.3.1.1 O objeto desta licitação será recebido:

V) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

VI) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

3.3.1.2. Na entrega dos itens será verificado:

- q. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- r. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- s. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;
- t. O nome, o número do lote, a validade e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento, conforme determinação da RDC/Anvisa Nº. 44 de 17 de agosto de 2009;
- u. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- v. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- w. O transporte dos produtos deverá ser feito em conformidade com a RDC/Anvisa Nº. 329/99, respeitando-se as condições exigidas para o envio de produtos perecíveis e os que apresentem termossensibilidade e/ou fotossensibilidade;
- x. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

3.4. Do Prazo de Validade dos Itens

3.4.1. Os produtos devem ser entregues com prazo de, no mínimo, 75% de sua validade total.

3.5. Da Substituição do Objeto

3.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

3.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

3.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

3.5.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

3.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

3.6.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- i) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- j) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- k) A quantidade correspondente a cada lote;
- l) O prazo de validade correspondente a cada lote (quando cabível ao item em questão).

3.7. Da Garantia dos Produtos

3.7.1. As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

DO PAGAMENTO

4.1. Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

4.2. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

4.2.1. As notas fiscais de fornecimento/prestação deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada mês, sendo que os fornecimentos/prestação deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os fornecimentos/prestação que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.

4.3. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

4.3.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, segundo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

4.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4.5. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

4.5.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

4.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

4.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

4.8. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

4.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

4.10. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21, regulamentado pelo DECRETO N° 035, DE 14 DE MARÇO DE 2024 em seu art. 29.

5.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

6.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do Termo de Referência;

6.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

6.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

6.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

6.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

6.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;

6.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

6.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.9. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas)**, os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

6.10. Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

6.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

6.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

6.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

6.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

6.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

6.15.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;

6.16. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. Acompanhar a execução do objeto do termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

7.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

7.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

7.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;

7.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

7.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

7.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

7.8. Os quantitativos totais expressos no termo de referência são estimativas e representam as previsões para as contratações durante o prazo de **12 (doze) meses**.

7.9. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES/FISCAIS ÓRGÃO/ENTIDADE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 56199-8	GESTOR TITULAR
	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (GAF)	WILLIAM MATHEUS BERNARDINO SILVA MOTTA Matrícula: 18152-6 Cargo: Gerente de Assistência Farmacêutica	FISCAL TITULAR
	JULIETTE FERREIRA VIEIRA DA SILVA Matrícula: 18.084-9 Cargo/Função: Farmacêutica/CAF/SMS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (VS)	SÉRGIO HENRIQUE FLORÊNCIO DE FRANÇA MATRÍCULA: 180745 CARGO/FUNÇÃO: Gerente da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL TITULAR
	INÁCIO PEREIRA DUQUE NETO MATRÍCULA: 129356 CARGO/FUNÇÃO: Apoiador da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SUSTENTABILIDADE	LEONARDO JÚNIOR BARBOSA DE MATOS Matrícula: 56.116-2 Cargo/função: Coordenador II	GESTOR TITULAR
	JOSÉ SIMONAL CARDOSO DA SILVA Matrícula: 55.977-2 Cargo: Coordenador II AME Animal	FISCAL TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (SAÚDE BUCAL)	NOME: Edy Viviane Silva França CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora De Saúde Bucal MATRÍCULA: 180741	FISCAL TITULAR
	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues De Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenador De PCD MATRÍCULA: 180533	FISCAL SUPLENTE

7.9.1. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

8.1. Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);



IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

- a) Esta possui validade;*
- b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;*
- c) Está corretamente preenchida;*
- d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.*

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

- a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);*
- b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);*
- c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.*

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

- b) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;*
- b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;*
- c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;*
- d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.*

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;*
- b) Regularidade administrativa contratada;*
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;*
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.*

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;
 - II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;
 - III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;
 - IV - Controlar a vigência do contrato;
 - V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;
 - VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;
 - VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;
 - VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.
 - IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
 - X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
 - XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
 - XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.
 - XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.
 - XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
 - XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
 - XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
- §1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.
- §2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.



DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão eletrônico para Registro de Preços e seus Anexos, deverão ser mantidas pelo fornecedor beneficiário durante toda a vigência da presente Ata, ficando facultado à Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru/PE, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

9.2. Quando do fornecimento dos produtos, o fornecedor beneficiário deverá manter atualizadas a Regularidade Fiscal e a Habilitação Jurídica para com o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuênciia do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº. 014/2014.

10.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados.

10.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.2.2. As peculiaridades do caso concreto;



11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.6. Da Advertência

11.6.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

11.7. Da Multa

11.7.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com víncio, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

11.7.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.8. Do Impedimento de Ligar

11.8.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;
- V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DO CANCELAMENTO E DO REEQUILIBRIO

12.1. Do cancelamento da Ata de Registro de Preço:

12.1.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

- I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretaria Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

12.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

12.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

12.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. indenizações e multas.

12.2. Do reajuste e do reequilíbrio:

12.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

12.2.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Gestão de Contratos, da Secretaria Municipal de Saúde - GDC-SMS através do e-mail: gestaodecontratos@saudecaruaru.pe.gov.br, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

12.2.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.2.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADA a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.2.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preço/Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal nº 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor registrado/contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA PUBLICAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Caruaru, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) conforme Art. 94 da Lei nº. 14.133/2021.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

SMS

Lei Orçamentária Anual 2025 - Lei nº 7.324 de 03 de dezembro 2024.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA



		COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custo das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual do Estado
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa	1004	VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Ação	2. 1046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custo das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custo das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	RECURSO DO SUS/DO BLOCO DE MANT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS

SSB

Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Função: 4 - administração/Subfunção/Programa/Ação: 4.122.412.2.187 - Suporte às ações da AME Animal

Despesa 2430 3.3.90.30.00 Material de consumo

DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as disposições constantes nos demais diplomas legais pertinentes que fazem parte do Edital, independente de transcrições.

DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.



E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma caruaru.1doc.com.br.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL DE CARUARU

Sr. Renato de Azevedo Lira
Secretário

Fornecedor Registrado

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____

**ANEXO I DA ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90xxx/2026 - UC-Saúde**

Vencedor:

Item	Produto	Marca	Und.	Qtd.	P. Unit (R\$).	P. Total (R\$).
Total do Fornecedor (R\$)						R\$



**ANEXO II (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS**

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula Nº. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declarro-me ciente da designação de gestora das Atas de Registro de Preços**, Nº(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declarro-me ciente da designação de gestora de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente



**ANEXO III (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS DESIGNADOS**

Eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal das Atas de Registro de Preços**, Nº(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

(Nome do fiscal titular)

Fiscal Titular

(Nome do fiscal suplente)

Fiscal Suplente



ANEXO IV (EDITAL)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2026 – SMS

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____ - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE CARUARU PE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.***.***-29 e RG nº. 9**.705-SDS/PE, e Secretário da **Secretaria de Sustentabilidade e Bem estar Animal – SSB**, **Sr. Renato de Azevedo Lira**, brasileiro, residente e domiciliada em Caruaru-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.XXX.XXX-28 e RG nº X.XXX.XXX-SDS/PE; doravante denominados simplesmente **CONTRATANTES**, e do outro lado a empresa _____ com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, representada pelo _____, CPF nº. _____ e R.G. nº. _____, residente e domiciliado em _____, pactuam o presente Contrato, cuja celebração é decorrente do **Processo de Licitação** nº. ____/2026 – **Pregão Eletrônico** nº. ____/2026 - doravante denominado **CONTRATADO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material Médico Hospitalar, a ser utilizado nos estabelecimentos adscritos à SMS e na AME Animal (órgão adscrito à SSB), com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato vincula-se às determinações da Lei nº. 14.133, de 2021, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024, e suas alterações; aplicam-se ainda à presente relação jurídica contratual os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E DO RECEBIMENTO

Parágrafo Primeiro - Do Prazo de Entrega

I - Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento - atendendo ao disposto na RESOLUÇÃO TCE/PE Nº 271, DE 22 DE JANEIRO DE 2025 - e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Autorização de Fornecimento correspondente;

II - Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Parágrafo Segundo - Local/Horário de Entrega

I - Os itens deverão ser entregues nos locais a seguir especificados ou nos locais especificados na Autorização de Fornecimento, em caso de mudança de endereço dos órgãos/entidades nos limites da Zona Urbana de Caruaru, conforme demanda do órgão/entidade participante:

CAF/SMS - Endereço para entrega: Os materiais médico hospitalares da Central de abastecimento Farmacêutico da SMS deverão ser entregues na *Central de Abastecimento Farmacêutico* da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Vera Cruz, 654 Bairro São Francisco, no horário 08:00 às 16:00 horas de segunda à sexta-feira, no mesmo local onde funciona a Secretaria de Saúde de Caruaru, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones (81) 3101-0212 ou (81) 3101-0209 ou pelo endereço eletrônico caf@saudecaruaru.pe.gov.br.

SSB - AME ANIMAL- Endereço para entrega: AME ANIMAL. Avenida Rádio Cultura, 1000. Indianópolis. Caruaru - PE CEP 55026-690, de segunda à sexta-feira de 7h00 às 13h00.

GGVS/SMS- Endereço para entrega: Almoxarifado Central Da SMS , Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

SAÚDE BUCAL - SMS: Os Itens deverão ser entregues no: Almoxarifado Central Da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Paulo Afonso nº 74, Galpão 03, São Francisco, Caruaru-Pe, CEP 55.008-560, cujos contatos podem ser realizados pelos telefones (81) 3101-0222, devendo a entrega ser realizada das 8h às 12h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Das Condições de Entrega

I) - Na entrega dos itens serão obedecidas as determinações a seguir:

II) - O objeto desta licitação será recebido:

A) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos produtos com as especificações neste Termo de Referência, no prazo e horário previstos nos itens de até 05 (cinco) dias úteis a partir da efetiva entrega dos itens;

B) **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como o estado geral dos mesmos, a conformidade dos documentos de registro na Anvisa e dos laudos de controles de qualidade e a consequentemente aceitação pelo setor competente;

III - Na entrega dos itens será verificado:

- a. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;
- b. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- c. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;
- d. O nome, o número do lote, a validade e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento, conforme determinação da RDC/Anvisa Nº. 44 de 17 de agosto de 2009;
- e. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;
- f. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;
- g. O transporte dos produtos deverá ser feito em conformidade com a RDC/Anvisa Nº. 329/99, respeitando-se as condições exigidas para o envio de produtos perecíveis e os que apresentem termossensibilidade e/ou fotossensibilidade;
- h. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

Parágrafo Quarto. Do Prazo de Validade dos Itens

I - Os produtos devem ser entregues com prazo de, no mínimo, 75% de sua validade total.

Parágrafo Quinto - Da Substituição do Objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:



a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

II - O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

III - Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

IV - Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

Parágrafo Sexto - Da documentação necessária na entrega do objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

- a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
- b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
- c) A quantidade correspondente a cada lote;
- d) O prazo de validade correspondente a cada lote (quando cabível ao item em questão).

Parágrafo Sétimo - Da Garantia dos Produtos

I - As garantias dos itens, deste termo de referência, serão as estabelecidas pelo fabricante e/ou Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº. 8.078/1990, além da legislação específica da atividade, eventualmente aplicável, prevalecendo a garantia do fabricante caso o prazo seja superior.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Atribui-se a esse Contrato o valor total de R\$ () referente ao objeto previsto na Cláusula Primeira, para a totalidade do período mencionado na Cláusula terceira, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRÍÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. Unit	V. total

Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

I. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

a. As notas fiscais de fornecimento/prestação deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada

mês, sendo que os fornecimentos/prestação deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os fornecimentos/prestação que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.

- II. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
 - a. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.
- III. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- IV. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
 - a. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- V. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- VI. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.
- VII. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- VIII. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.
- IX. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data

de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza continuada do objeto.

Parágrafo Segundo - O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não implica extinção das obrigações decorrentes destes, ainda em execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da empresa Contratada:

- I. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do Termo de Referência;
- II. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
- III. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- IV. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- VI. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;
- VII. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;
- VIII. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- IX. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas)**, os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;
- X. Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;
- XI. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;
- XII. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

- XIII. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- XIV. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;
- XV. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;
- XVI. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;
- XVII. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da Contratante:

- I. Acompanhar a execução do objeto do termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;
- II. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;
- III. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;
- IV. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;
- V. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- VI. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;
- VII. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;
- VIII. Os quantitativos totais expressos no termo de referência são estimativas e representam as previsões para as contratações durante o prazo de **12 (doze) meses**.
- IX. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:



ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES/FISCAIS ÓRGÃO/ENTIDADE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (GAF)	WILLIAM MATHEUS BERNARDINO SILVA MOTTA Matrícula: 18152-6 Cargo: Gerente de Assistência Farmacêutica	FISCAL TITULAR
	JULIETTE FERREIRA VIEIRA DA SILVA Matrícula: 18.084-9 Cargo/Função: Farmacêutica/CAF/SMS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (VS)	SÉRGIO HENRIQUE FLORÊNCIO DE FRANÇA MATRÍCULA:180745 CARGO/FUNÇÃO: Gerente da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL TITULAR
	INÁCIO PEREIRA DUQUE NETO MATRÍCULA: 129356 CARGO/FUNÇÃO: Apoiador da Vigilância Ambiental/GGVS	FISCAL SUPLENTE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SUSTENTABILIDADE	LEONARDO JÚNIOR BARBOSA DE MATOS Matrícula: 56.116-2 Cargo/função: Coordenador II	GESTOR TITULAR
	JOSÉ SIMONAL CARDOSO DA SILVA Matrícula: 55.977-2 Cargo: Coordenador II AME Animal	FISCAL TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (SAÚDE BUCAL)	NOME: Edy Viviane Silva França CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora De Saúde Bucal MATRÍCULA: 180741	FISCAL TITULAR
	NOME: Fábio Eduardo Rodrigues De Lima CARGO/FUNÇÃO: Coordenador De PCD MATRÍCULA: 180533	FISCAL SUPLENTE

- a. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050**, de 14 de julho de 2023, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto

Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

a) Esta possui validade;

b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;

c) Está corretamente preenchida;

d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);

b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);

c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

c) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;

b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;

c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;

d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo,

devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o



mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

Parágrafo Segundo - Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- a. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Gestão de Contratos, da Secretaria Municipal de Saúde - GDC-SMS através do e-mail: gestaodecontratos@saudecaruaru.pe.gov.br, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.
- b. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preço/Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal n.º 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor registrado/contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no Art. 121, da Lei Federal nº. 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

Parágrafo Primeiro - Art. 5º DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, DE 2021

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

A) 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

B) 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da dispensa ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

C) 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.



D) 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

E) 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

F) 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da dispensa ou da execução contratual.

Parágrafo Segundo - Art. 9º DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Quarto - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quinto - Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Parágrafo Sexto - Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.
- III - Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Sétimo - Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;



IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

Parágrafo Oitavo - Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

I - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo Nono - Do Impedimento de Litar

A) Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;



Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

- I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

- I. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Terceiro - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Para assinatura do contrato, a contratada deverá efetuar, o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, através de boleto emitido pela Secretaria da Fazenda Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

Contratos com o Município (Emissão, Renovação e/ou Aditivos).	Taxa Correspondente
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,01	UFM s 500

*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:



SMS

Lei Orçamentária Anual 2025 - Lei nº 7.324 de 03 de dezembro 2024.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	Bloco do sus das Ações e Serviços
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual do Estado
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa	1004	VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Ação	2. 1046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de consumo

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	1001	ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE DA POPULAÇÃO
Ação	2. 1013	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	175	RECURSO DO SUSDO BLOCO DE MANT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS

SSB

Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Função: 4 - administração/Subfunção/Programa/Ação: 4.122.412.2.187 - Suporte às ações da AME Animal

Despesa 2430 3.3.90.30.00 Material de consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Parágrafo Segundo - Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

Parágrafo Terceiro - É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

- I. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.
- II. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).



III. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL DE CARUARU

Sr. Renato de Azevedo Lira
Secretário

EMPRESA
Contratada

TESTEMUNHA: _____ **CPF/MF:** _____

TESTEMUNHA: _____ **CPF/MF:** _____



**ANEXO II (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES
DESIGNADOS**

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula Nº. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contratos**, do(s) Contrato(s) Nº. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente



ANEXO III (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS DESIGNADOS

Eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contratos**, do(s) Contrato(s) N°. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto N°. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

(Nome do fiscal titular)

Fiscal Titular

(Nome do fiscal suplente)

Fiscal Suplente